

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

CAROLINA BIZ

**O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR CATARINENSE
DE 2007 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller

**CRICIÚMA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B625d Biz, Carolina.

O desenvolvimentismo conservador catarinense de 2007 a 2015 / Carolina Biz. - 2017.

132 p. : il.; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2017.

Orientação: Alcides Goulart Filho.

Coorientação: Rafael Rodrigo Mueller.

1. Santa Catarina - Desenvolvimento. 2. Santa Catarina – Planejamento. 3. Desenvolvimento socioeconômico – Santa Catarina. 4. Pacto por Santa Catarina. 5. Programa de Aceleração do Crescimento. I. Título.

CDD 23. ed. 338.98164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

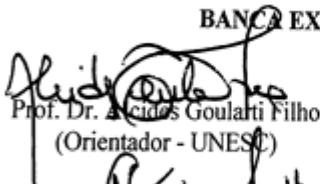
CAROLINA BIZ

**O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR CATARINENSE
DE 2007 A 2015**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

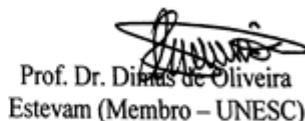
Criciúma, 15 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

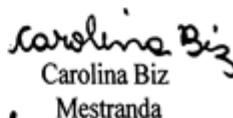

Prof. Dr. Aécio Goularti Filho
(Orientador - UNESC)

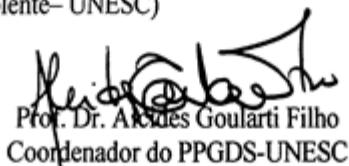
Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller
(Coorientador - UNESC)


Prof. Dr. Silvio Antonio Ferraz Cário
(Membro – UFSC)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira
Estevam (Membro – UNESC)

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro Suplente– UNESC)


Carolina Biz
Mestranda


Prof. Dr. Aécio Goularti Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

Eu dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim. Em especial, aos meus pais, ao meu eterno namorado Diego, aos nobres amigos e ao meu orientador.

AGRADECIMENTOS

Quando se trata de agradecimentos você retrocede num passado não tão distante, o que faz a emoção correr os olhos e chegar na boca com um sorriso mais sincero. É sempre muito emocionante lembrar de quem faz parte da sua vida acadêmica e conseqüentemente passa a fazer parte da sua história de vida.

Inicialmente, aos dois pilares: José Biz, Rita Bez Birolo Biz. Pai e mãe, força e coragem, amor e dedicação, incentivo e perseverança, esperança e conquista, uma dialética perfeita para conseguir o que se sonha. Esses momentos que nos faz pensar que se precisa de pouco, um incentivo e boas companhias para ser feliz. Pai, mãe, com vocês, para vocês, Tudo!

Diego, meu companheiro, entendo que você acha tudo isso loucura da minha parte, mas no fundo sei o quanto se importa. A caminhada foi dura, muitos obstáculos, mas independentemente de qualquer opinião, vencemos juntos. Obrigada por estar ao meu lado, mesmo não entendendo o que se passa, mesmo discordando do meu espírito de revolução, mas aqui do meu lado! As vezes sozinho, muitas vezes sem entender minhas crises de choro, ou mesmo minhas pequenas conquistas, mas aqui do meu lado, sempre! Até fazer cinco mil quilômetros de moto para apresentar um artigo, sim de moto! Meu amor, meu companheiro de aventura, meu parceiro de vida, força para me aturar na próxima etapa, estamos juntos, hoje, amanhã e sempre...

Aos nobres Liara e Alcides. Nobres companheiros, nobres na luta, nobres na simplicidade. Liara, minha amiga, você foi o maior presente do mestrado, uma pessoa meiga e simples com uma força inigualável, minha guerreira! Alcides, sem palavras para agradecer toda confiança depositada, um mestre na arte de ensinar, um doutor em compartilhar e um sábio na arte de lutar. Obrigada por acreditarem em mim.

Ao Prof. Dr. Silvio Cário por ter aceito o convite e colaborado para o enriquecimento do estudo. Ao prof. Dr. Dimas, uma grande referência ao meio acadêmico e para minha trajetória, obrigada por todas as contribuições. Aos amigos, Luana minha força, por me aceitar na minha loucura, aos meus irmãos de coração Maitê, Dindo e Luiza pelo carinho. Laura Molina e Juan Odisio, mis hermanos, pelo incentivo. Vocês foram e são essenciais. Aos meus queridos doutores Giovana, Giane, Caroline, Rafael, Ismael, Kelly, hoje eu me espelho em vocês. E a querida Rose, sempre muito dócil e prestativa, obrigada por

tudo!

Hasta La Victoria Siempre,
Compañeros!

Lutar sempre, Temer Jamais!

(Autor desconhecido)

RESUMO

O estudo tem sua fundamentação alicerçada no conceito de desenvolvimento, Estado e planejamento, para entender como esses três pilares estão ligados e como são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado. O recorte se fez pela retomada do planejamento no Brasil, após um período jejum de planos nacionais, que vai de 1990 até o lançamento do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) em 2007, plano este que consolidou eixos de investimento como Logística, Energética e Social. Para satisfazer a fundamentação a pesquisa permeou os planos nacionais, desde o final da década de 1930 com o Estado Novo de Getúlio Vargas até 1990, onde os governos neoliberais deixaram de planejar seus investimentos, e de 2007 com a retomada do planejamento com o lançamento do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) até o ano de 2015. E, a nível estadual desde o ano de 1955 onde foi registrada a primeira experiência de planejamento no estado até o ano de 2015. Essa análise se faz necessária para entender o movimento pendular dos blocos hegemônicos que estavam no poder e como os planos catarinenses se comportavam perante os planos nacionais. O objetivo do recorte é entender como se deu o desenvolvimentismo no estado de Santa Catarina em dois mandatos diferentes, sendo que o primeiro governo (2007-2010) trabalhou apenas com intenções de campanha chamando seu plano de governo de Plano 15: a mudança continua, e o segundo governo (2011-2015) consolidou suas intenções de campanha num plano governo mais ambicioso chamado de Pacto por Santa Catarina, que dá continuidade na reeleição do governador, e se o planejamento catarinense desse período trabalhou em paralelo com o plano nacional (PAC). A metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto caracteriza-se com o método dialético, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico, da técnica documental através da análise de documentos históricos como os planos de governo, como também via *site* dos governos nacional e estadual. O estudo aponta resultados como: planejamento de governo com meio essencial para nortear a economia, predominância no estado catarinense de um desenvolvimentismo conservador e um alinhamento do governo estadual com o federal nos dois últimos períodos.

Palavras-chave: Planejamento. Estado. Desenvolvimentismo
Conservador.

ABSTRACT

This study is based upon the concept of development, State and planning in order to comprehend how these three bases are connected and how essential they are to the socioeconomical development of a country, State. The analysis was made by resuming the planning of Brazil after a period of national plans' absence, including the period from the 1990s until the release of the Growing Acceleration Program in 2007, plan which consolidated the axis for investments like in Logistics, Energetic and Social areas. In order to give this work basis, the research sought the national plans since the end of the 1930s during the Getúlio Vargas' New State until the 1990s, when the neoliberal governments stopped planning their investments, and the 2007 plan with the resuming of the plan by the Growing Acceleration Program (GAP) until 2015. And, in terms of State, since 1955 when it was registered the first planning experience in the State until 2015. This analysis is necessary to understand the pendular movement of the hegemonic blocks that were empowered and the manner the catarinense plans used to behave in front of the national ones. The aim is understand how the development in Santa Catarina happened, as the first government (2007-2010) worked only on electoral campaigns intentions calling their government Plan "Plano 15: the changing goes on", and the second government (2011-2015) consolidated their electoral intentions through a more ambitious government Plan called "Pacto por Santa Catarina", which gives continuity in the Governor's reelection and if the catarinense plan worked with the national one (GAP). The methodology used to guarantee the aimed purpose is characterized by the dialect method, with qualitative nature, developed by means of a bibliographical study, the documental technics through historical documents analysis like the government plans as well as on both national and state government websites. The study points out results as: government planning with essential means to lead the economy, predominance in the catarinense State of a conservative development, and the alignment between both national and state governments in the two last periods.

Keywords: Planning. State. Conservative Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Hierarquia do Planejamento | 44 |
| Figura 2 - Investimentos em logística no estado catarinense (2007-2010) | 91 |
| Figura 3 - Investimentos no setor energético no estado catarinense (2007-2010)..... | 93 |
| Figura 4 - Investimentos no eixo de transporte no estado catarinense (2011-2014)..... | 97 |
| Figura 5 - Investimentos no eixo energia no estado catarinense (2011- 2014) | 99 |
| Figura 6 - Investimentos no eixo água e luz para todos no estado catarinense (2011-2014)..... | 104 |
| Figura 7 - Investimentos no eixo infraestrutura logística no estado catarinense (2015)..... | 106 |
| Figura 8 - Investimentos no eixo infraestrutura energética no estado catarinense (2015)..... | 108 |
| Figura 9 - Investimentos no eixo infraestrutura social e urbana no estado catarinense (2015)..... | 111 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Investimentos no eixo logística no estado catarinense (2007-2010) | 90 |
| Tabela 2 - Investimentos no setor energético no estado catarinense (2007-2010)..... | 92 |
| Tabela 3 - Investimentos no eixo social e Urbano no estado catarinense (2007-2010)..... | 94 |
| Tabela 4 - Investimentos no eixo de transporte no estado catarinense (2011-2014)..... | 96 |
| Tabela 5 - Investimentos no eixo energia no estado catarinense (2011-2014) | 98 |
| Tabela 6 - Investimentos no eixo cidade melhor no estado catarinense (2011-2014)..... | 100 |
| Tabela 7 - Investimentos no eixo comunidade cidadã no estado catarinense (2011-2014)..... | 101 |
| Tabela 8 - Investimentos no eixo minha casa, minha vida no estado catarinense (2011-2014)..... | 102 |
| Tabela 9 - Investimentos no eixo água e luz para todos no estado catarinense (2011-2014)..... | 103 |
| Tabela 10 - Investimentos no eixo infraestrutura logística no estado catarinense (2015) | 105 |
| Tabela 11 - Investimentos no eixo infraestrutura energética no estado catarinense (2015) | 107 |
| Tabela 12 - Investimentos no eixo infraestrutura social e urbana no estado catarinense (2007-2015)..... | 109 |
| Tabela 13 - Distribuição de valores no eixo infraestrutura logística ... | 115 |
| Tabela 14 - Distribuição de valores no eixo estradas | 115 |
| Tabela 15 - Distribuição de valores no eixo defesa civil..... | 115 |
| Tabela 16 - Distribuição de valores no eixo agricultura..... | 116 |
| Tabela 17 - Distribuição de valores no eixo inovação | 116 |
| Tabela 18 - Distribuição de valores no eixo educação | 117 |
| Tabela 19 - Distribuição de valores no eixo justiça e cidadania | 118 |
| Tabela 20 - Distribuição de valores no eixo proteção social | 119 |
| Tabela 21 - Distribuição de valores no eixo saneamento | 119 |
| Tabela 22 - Distribuição de valores no eixo saúde..... | 120 |
| Tabela 23 - Distribuição de valores no eixo segurança pública | 120 |
| Tabela 24 - Distribuição de valores no eixo turismo, cultura e esporte. | 121 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Planos Nacionais e o Retrato do Movimento Pendular..... | 76 |
| Quadro 2 - Movimento pendular em Santa Catarina..... | 82 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Valores planejados por eixo..... | 113 |
| Gráfico 2 - Número de projetos por eixo | 114 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| AFD | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| BNDE | Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNDES | Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social |
| BR-EUA | Brasil - Estados Unidos da América |
| CAF | Corporação Andina de Fomento |
| CAE | Comitê de Articulação Estadual |
| CELESC | Centrais Elétricas de Santa Catarina |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DEM | Democratas |
| EMCATER | Empresa Catarinense de Transportes e Terminais |
| EPPACTO | Escritório de Projetos do Pacto |
| FEAR | Fundo Estadual de Assistência Rodoviária |
| FUNDESC | Fundação de Cultura e Esporte |
| JICA | Agência de Cooperação Internacional do Japão |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAEG | Plano Estratégico de Governo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLAMEG | Plano de Metas do Governo |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PDE | Plano de Desenvolvimento de Educação |
| PG | Plano de Governo |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| POE | Plano de Obras e Equipamentos |
| PPS | Partido Popular Socialista |

| | |
|--------|---|
| PCD | Projeto Catarinense de Desenvolvimento |
| PRP | Partido Republicano Progressista |
| PSC | Partido Social Cristão |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PTC | Partido Trabalhista Cristão |
| SALTE | Saúde, Alimentação, Transporte e Educação |
| SIM | Saúde, Instrução e Moradia |
| SINE | Sistema Nacional de Empregos |
| SUDAM | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 33 |
| 2 DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E ESTADO | 37 |
| 2.1 DESENVOLVIMENTO | 37 |
| 2.1.1 Desenvolvimentismo | 38 |
| 2.2 PLANEJAMENTO | 41 |
| 3 PLANOS DE GOVERNO | 47 |
| 3.1 PLANOS DE GOVERNO NO BRASIL..... | 47 |
| 3.1.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2015).. | 59 |
| 3.2 ONDE SANTA CATARINA APARECE NOS PLANOS DE GOVERNO BRASILEIRO | 61 |
| 3.3 PLANOS DE GOVERNO EM SANTA CATARINA..... | 65 |
| 3.3.1 Pacto por Santa Catarina (2012 – 2015)..... | 73 |
| 3.4 MOVIMENTO PENDULAR NOS PLANOS DE GOVERNO..... | 75 |
| 3.4.1 Movimento Pendular e os Planos de Governo Nacional | 76 |
| 3.4.2 Movimento Pendular e os Planos de Governo Catarinense.... | 80 |
| 4 SANTA CATARINA E O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR | 88 |
| 4.1 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2007-2010)..... | 89 |
| 4.1.1 Logística | 89 |
| 4.1.2 Energética | 92 |
| 4.1.3 Social e Urbana..... | 93 |
| 4.1.4 Demais Projetos | 95 |
| 4.2 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2011-2014)..... | 95 |
| 4.2.1 Transportes | 95 |
| 4.2.2 Energia | 98 |
| 4.2.3 Cidade melhor | 100 |
| 4.2.4 Comunidade cidadã..... | 101 |
| 4.2.5 Minha casa, minha vida | 102 |
| 4.2.6 Água e Luz para Todos..... | 103 |
| 4.3 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2015)..... | 104 |
| 4.3.1 Infraestrutura Logística | 105 |
| 4.3.2 Infraestrutura Energética..... | 107 |
| 4.3.3 Social e Urbano..... | 109 |
| 4.4 OBRAS DO PACTO POR SANTA CATARINA (2011-2015) ... | 112 |
| 4.4.1 Logística | 114 |

| | |
|--|------------|
| 4.1.2 Econômico | 116 |
| 4.4.3 Social..... | 117 |
| 4.4.4 FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios)..... | 121 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| REFERÊNCIAS | 126 |

1 INTRODUÇÃO

O estudo traz como perspectiva um recorte socioeconômico do estado catarinense que vai do ano de 2007 até 2015. Para fundamentar a pesquisa busca-se, inicialmente, entender melhor o planejamento, o papel do Estado e o desenvolvimento. Com relação ao planejamento, mostrar-se-á, de forma sucinta, como surgiu, o que é, e de que maneira que os governos brasileiros passaram a trabalhar com planos de governo, conseqüentemente entender, também, o movimento pendular. A pesquisa vai permear os planos de governo brasileiro da década de 1940 até 2015 e assim como em âmbito nacional, o estado de Santa Catarina também passou por oscilações na sua história econômica, processo de industrialização, acumulação e composição política. Como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi lançado no ano de 2007, é um marco da retomada do planejamento, buscou-se nos planos de governo catarinense, do mesmo período – 2007 a 2015 - entender como esses planos trabalharam em conjunto, ou não, com o PAC.

Para fundamentar o estudo, é indispensável entender o significado de planejamento. No Brasil, o planejamento teve início com o governo de Getúlio Vargas com o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, lançado em 1939, com o objetivo de promover a criação de indústrias básicas e melhorar o setor de transportes. Nos anos que se segue após Getúlio Vargas, no governo de presidente Dutra, foi elaborado o Plano SALTE, a qual trabalhou com as metas base: saúde, alimentação e transporte, que tracejou o período de 1949 até 1953. Este plano foi submetido ao Congresso Nacional e só foi aprovado em 1950. Nesse período, mais precisamente em 1951, Getúlio que havia sucedido Dutra, lança o Plano de Reparcelamento e Fomento da Economia Nacional, que foi aplicado em paralelo ao Plano SALTE. Com a presidência de Juscelino Kubitschek, em 1956, o plano econômico que foi elaborado tinha como objetivo acelerar o Brasil 50 anos em 5, chamado de Programa de Metas, trabalhava metas principais: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. Em seguida o Plano Trienal, com caráter mais social, porém não saiu do papel. Logo, em 1964 o Brasil é tomado pela aliança entre militares e empresariado que resultou num período ditatorial de governo. Neste período, foram elaborados os planos PAEG, Plano Decenal, I, II, II PND, e foi marcado pelo

crescimento econômico nacional, elevadas taxas de PIB, porém a equidade social não acompanhou o crescimento econômico no mesmo ritmo.

No decorrer dos anos de 1940 até 1980, muitos planos de governo foram elaborados, alguns nem saíram do papel. Como a década de 1980 foi um período de turbulência, alto endividamento externo, crise fiscal e financeira, os investimentos públicos foram prejudicados. Com isso, os planos de governo, III PND elaborado no mandato do presidente militar Figueiredo com metas para 1980 – 1985 e o I PND da Nova República elaborado no governo do presidente José Sarney, ficaram restritos. As decisões de investimentos, neste contexto, foram destinadas a estabilização econômica. Na década de 1990, com a chegada do neoliberalismo no país, os governos brasileiros não elaboraram mais um plano de governo propriamente dito, trabalharam, apenas, com suas intenções de campanha. Tanto no mandato de Fernando Collor de Mello – depois sucedido por Itamar Franco, devido ao Impeachment – quanto seu sucessor por dois mandatos Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil volta a caminhar para o planejamento, concretizando-se, no seu segundo mandato, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O primeiro PAC foi lançado em 2007, consistia num período de planejamento até 2010. O segundo, foi uma continuidade do primeiro e foi lançado em 2011 no governo da presidente Dilma Rousseff, com período demarcado até 2014.

No âmbito do estado catarinense o planejamento se consolida em plano no ano de 1955, com sucessivos planos acompanhando o contexto nacional. Como o estudo tem como objetivo principal estudar como se deu o desenvolvimentismo nos governos do Estado de Santa Catarina no período de 2007 a 2015 - período é marcado pela retomada do planejamento no Brasil – e buscar entender se o planejamento do governo catarinense trabalhou em paralelo com o plano nacional, o PAC. O período demarcado pelo lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento em 2007, o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o seu segundo mandato e lançou o plano estadual de governo: Plano 15 a Mudança Continua, a qual dá continuidade à descentralização como foco principal e uma forte tendência de uma aliança público-privada do seu plano de governo anterior, também chamado de Plano 15. A partir de 2011, assume João Raimundo Colombo, e seu plano de governo chamado de Pacto por Santa Catarina, tem também seu caráter conservador.

Para isso, o estudo segue, também, com uma breve caracterização dos Planos Nacionais e suas tendências nas políticas econômicas. Essas políticas oscilaram entre militarismo, nacionalistas, liberais, é o que o autor Octávio Ianni chama de Movimento *pendular*. Diante disso, pode-se dizer que à medida que o pêndulo oscila, nota-se uma maior ou menor intervenção do Estado, ou seja, os governos trabalharam num movimento que transparece nesses planos seu conjunto de interesses. Essa análise é o que vai fundamentar o entendimento de Planejamento, Planos de Governo Brasileiro e o enfoque para Santa Catarina de 2007 a 2015. A intenção aqui não é explanar um modelo perfeito para o desenvolvimento socioeconômico, até porque seria uma utopia, mas sim buscar entender, através de uma análise dos Planos Nacionais de governo brasileiro juntamente com os Planos de governo catarinense de que forma o papel do Estado e o planejamento influenciam no desenvolvimento socioeconômico do estado catarinense.

Com relação a abordagem, a qualitativa que se encaixou na pesquisa. Através desta abordagem que o investigador usa a literatura com autores pré-selecionados, de maneira consistente com as suposições do aprendizado, neste contexto o estudo é teoricamente orientado (CRESWELL, 2007). A justificativa de escolha da abordagem está embasada na concepção de Poupart et. al. (2008, p. 109) onde define que “a pesquisa qualitativa pode servir de base para a implantação de novas estruturas que levem em conta a capacidade dos sujeitos de mobilizar uma diversidade de recursos de apoio e ajuda mútua”. O estudo vai se fundamentar pelo método dialético tendo como base análise de documentos históricos, como os planos nacionais de governo Nacional e Estadual, artigos relacionados e através de *sites* do governo.

A fundamentação da pesquisa se dará inicialmente pela conceituação de Desenvolvimento relacionando o Planejamento e o papel do Estado na economia. Para assim entender como se deu o planejamento no Brasil e o movimento pendular, assim chamado pelo autor Octávio Ianni, no que se refere ao viés do investimento no país. Na sequência, uma breve análise dos Planos Nacionais de Governo e os Planos que o estado de Santa Catarina, para entender como se deu o movimento pendular também no estado. A intenção aqui é ter uma fundamentação da pesquisa para entender o período de 2007 a 2015, que no Brasil, trata-se da retomada do planejamento. Para, por fim, fazer o comparativo entre o Nacional e Estadual do

período e entender como isso influenciou no desenvolvimentismo catarinense.

2 DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E ESTADO

O desenvolvimento, o planejamento e o Estado estão intimamente ligados, então, faz-se necessário buscar a essência na cosmovisão de cada conceito e trabalhar na sua dialética.

2.1 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, para conceituar desenvolvimento, adentra-se na economia nacional, e é neste sentido que Celso Furtado (2008) explica que as economias nacionais englobam um sistema político, de centros de decisão política com grau de autonomia, e um sistema econômico, que é formado por um conjunto de atividades econômicas formando um todo e esse todo tem um certo grau de coerência. Celso Furtado (1980, p.15), descreve ainda que “o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, como referência histórica contemporânea, em dois sentidos distintos”, o primeiro ele refere-se à evolução de um sistema social de produção, onde mediante a acumulação e progresso das técnicas torna-se eficiente quando eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho e o segundo trata-se que o desenvolvimento está relacionado com o grau de satisfação das necessidades humanas.

Dentro desta concepção, a ambiguidade aumenta, pois em primeiro plano pode se tratar da satisfação das necessidades humanas elementares (alimentação, vestuário, habitação), expectativa de vida da população, por exemplo, constitui um medidor da satisfação dessas necessidades elementares. À medida que se afasta desse primeiro plano, a referência do sistema de valores e a ideia de necessidade humana, quando não referida ao essencial, num determinado contexto cultural, perde a nitidez (FURTADO, 1980). Acrescenta-se que a ideia de desenvolvimento possui, então, uma terceira dimensão: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades humanas e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes que competem na utilização de recursos escassos. Esta última, é concernente ao fato de que para um grupo social pode aspirar certos recursos que para outro grupo social é desperdício, o que leva a perceber o discurso ideológico de cada um. Diante disto, Furtado (1980, p. 16), relata que “a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social e tampouco a formulação de política de

desenvolvimento e sua implantação”. Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento está atrelado a três alicerces fundamentais: economia, social e político e que Vieira Pinto (1960, p.22) explica “devemos conceber o desenvolvimento como um processo que encontra sua definição na finalidade a que se dirige”.

Para que se concretize a natureza do processo, os responsáveis, como os homens de ação pública, homens de governo e todos que exercem, de forma manifesta e que trabalham, através da intervenção, para a promoção da evolução da comunidade, perceberão que devem, previamente, fixar metas futuras para melhorias do estado atual. Cabe ao poder público a faculdade de planejar o desenvolvimento, pois é esta entidade que está aparelhada e dispõe meios de conseguir informações e da natural potestade de comando. Diniz (2011, p.29), “portanto, o projeto de desenvolvimento só pode receber execução coerente, quando submetido a ideias de categorias reguladoras”. Cabe assinalar, conforme Vieira Pinto (1960), que o processo de desenvolvimento, não é de uma ação isolada, mas também das massas, e as massas precisam ser ouvidas para que as políticas públicas sejam formuladas e concretizadas.

Como trata-se do conceito de desenvolvimento alicerçado em decisões políticas, econômicas e sociais, faz-se necessário entender a categoria desenvolvimentismo, que permeia as políticas nacionais.

2.1.1 Desenvolvimentismo

Para categorizar o desenvolvimentismo, adota-se aqui, então, o conceito do autor Fonseca (2013), o qual assinala que o desenvolvimentismo é uma forma de política econômica, formulada e executada, de forma deliberada, por governos tanto nacionais quanto subnacionais. É pensado para alavancar o crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, para transformar uma sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis. E, também, a superar seus problemas econômicos e sociais, dentro dos comandos institucionais do sistema capitalista vigente. Desta forma subentende-se que para pensar o desenvolvimentismo nacional é necessário respeitar o sistema econômico, para assim, poder planejar os investimentos. Conforme Carneiro (2012), o desenvolvimentismo não é um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação de como se deu o desenvolvimento, especialmente brasileiro.

No caso brasileiro, ao tratar-se de desenvolvimentismo, podemos demarcar o início a partir do momento que Estado passa a pensar em formas mais avançadas de capitalismo, no sentido de industrialização, investimentos em infraestrutura e social. Inicialmente o planejamento, mesmo que tímido, tornou-se uma ferramenta para mapear as necessidades e prosseguir com os investimentos nos setores. Dependendo do bloco hegemônico que constitui o poder algumas características do desenvolvimentismo foram se metamorfoseando, mas cabe afirmar que a industrialização esteve sempre como plano de fundo. Tomando como base de análise os planos nacionais, o processo desenvolvimentista passou por características vistas como nacionalistas, onde a industrialização passou a ser pensada para a indústria nacional, e assim com a intervenção militar juntamente com o empresariado, que não perdeu sua essência como o Estado intervencionista. O pensamento cepalino, assim como descrito anteriormente, com Celso Furtado trouxe um caráter mais social a esse conceito, contudo vale lembrar que no final da década de 1980, assim como os demais países latino americanos, o Brasil foi levado ao pensamento neoliberal, que perdurou por aproximadamente duas décadas.

Com o fracasso do neoliberalismo, ao tentar promover o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais na América Latina, como um todo, e devido a emergência de novas potências econômicas, onde o sucesso esteve apoiado em políticas não liberais, serviu como um estímulo para uma mudança de paradigma, não apenas no Brasil, como também nos países latino americanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a partir dos anos 2000, após um período de hegemonia política de caráter liberal. Quando aqui se trata de um governo de caráter liberal, ressalta-se a criação de condições para entrada do capital estrangeiro, assim como, eliminação de órgãos estatais ligados ao intervencionismo, abertura do mercado aos bens manufaturados e retração da atuação do Estado. Ao tratar-se de neoliberalismo, Ibarra (2011), explica que é uma forma de política que propõe a redução do intervencionismo estatal. Na ordem nacional, o estado se finca em conseguir o funcionamento automático da economia e dos mercados, livres de toda distorção governamental, como também, de cidadãos organizados coletivamente. Com relação a questão internacional, concebe-se a globalização como o processo capaz de instaurar a ordem economicamente eficiente, além da política, como se isso fosse

possível. Em síntese, pode-se se dizer que a política neoliberal exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação, como também, critica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes.

Após o período neoliberal, consolida-se uma nova forma de desenvolvimentismo no início dos anos 2000, que conforme Carneiro (2012), uma serie de políticas como a retomada do crescimento, de distribuição de renda, fazendo ressurgir os alguns paradigmas de políticas econômicas. Existe um debate muito forte entre o social desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo, autores como Bresser Pereira discordam do pensamento social desenvolvimentismo e classifica esse novo período como Novo Desenvolvimentismo, ao qual, segundo ele é marcado por um Estado que se baseia nas ideias estruturalistas Keynesianas, mas com um conjunto de modelos econômicos políticas bem-sucedidas de países asiáticos. Esse novo sistema coloca a taxa de câmbio como centro da economia do desenvolvimento, enfatizando os preços macroeconômicos. No que se trata das políticas públicas, o Estado tem que como estratégia o desenvolvimento econômico, uma taxa de cambio competitiva, a responsabilidade fiscal e com isso um aumento da carga tributária para financiar os gastos sociais. Quanto ao ambiente político, esse “novo-desenvolvimentismo” está alicerçado a formação de um pacto ou coalizão de classes associada ao empresariado, que conforme o autor Bresser-Pereira e Theuer (2012, p.814): “esta que tem como adversários os capitalistas rentistas, inclusive os proprietários de empresas e concessões públicas monopolistas, os exportadores de *commodities* e os interesses estrangeiros”. Quanto ao planejamento, o desenvolvimentismo descrito pelo autor atribui como uma divisão da economia entre o setor competitivo e o monopolista (os setores de infraestrutura, serviços públicos, indústria de base e grande mineração) e afirma que o planejamento apenas para o setor monopolista aos primeiros, basta o acompanhamento de seu desenvolvimento.

Quanto ao social desenvolvimentismo brasileiro, segundo Bastos (2012), a relevância aponta para a distribuição de renda, de políticas sociais e redução de pobreza, como também a ampliação de mercado de consumo para as massas, que de fato, tem sua demarcação a partir de dois anos da desaceleração de 2004-5. Outros

fatores foram elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito). Nesse período, o Estado teve um forte papel redistributivo, como também realizou investimentos em grandes projetos, mesmo que não ofereceram condições gerais para a acumulação de capital, mas setores como infraestrutura, educação básica e superior, saúde, ensino técnico, contribuíram para a melhoria das condições de acesso e de vida. Nesse período, o Brasil passou por um movimento de melhora econômica e social. Em virtude de políticas públicas, ações anticrise, onde partir de 2008, o país continuou seguindo favoravelmente aos seguimentos populacionais mais vulneráveis (POCHMANN, 2010). Após conceituar o desenvolvimentismo, cabe ressaltar, que o social desenvolvimentismo prevaleceu ao conceito de novo desenvolvimentismo, o estudo trará em seguida o conceito de planejamento para afirmar essa fundamentação.

2.2 PLANEJAMENTO

A concepção de planejamento, surgiu na década de 1920 na União Soviética e foi no período pós Segunda Guerra Mundial que foi implementada nas democracias populares, além de Japão, França e alguns outros países da Europa. E nas décadas de 1950 e 1960, introduzido nos países “subdesenvolvidos” (MIGLIOLI, 1982). Corroborando Miglioli, os autores Odisio e Rougier (2016), explicam que a intervenção estatal, na gestão econômica, se torna forte em todo mundo a partir de 1930, contrapondo-se a crise capitalista, a União Soviética, estava imersa em um acelerado processo de crescimento orientada pelo Planos Quinquenais, onde o Estado passou a exercer um papel ampliado e reduzir as incertezas a médio e longo prazo.

Nos países capitalistas, o planejamento partiu da necessidade de atingir objetivos econômicos e sociais, aos quais, as forças de mercado e a mínima intervenção se tornaram incapazes de obter resultados desejados pela sociedade. Com a instabilidade do sistema econômico e consequentemente crises cíclicas de desemprego, a nova forma de desenvolvimento econômico, luta conta a miséria, a mobilização das economias para a guerra, fizeram com que se elaborassem modelos racionais de política. Nesse sentido foram adotados instrumentos para otimização de recursos e análise econômica, que procuravam prever e atuar sobre a realidade. O

automatismo de mercado perdeu a crença e com o planejamento o *laissez-faire* perdeu a força nas decisões econômicas (MINDLIN, 2010).

Ao tratar-se de planejamento, sua perspectiva se volta para uma concepção de futuro (longo prazo), onde visa objetivos determinados. Implica a existência de um sujeito, como também, na escolha de caminhos ou ações alternadas, para que essas ações, para atingir o objetivo, tem que ter uma sequência lógica e ser empreendidas de modo organizado (MIGLIOLI, 1982). Essa sistematização se faz necessária para entender o ambiente, elencar as necessidades e assim projetar os investimentos. Para isso, (LEWIS, 1960) complementa, afirmando que o planejamento exige uma administração que seja forte para pôr em vigor suas medidas propostas, acima de tudo competente, ou seja, que seu pessoal seja habilitado para compreender as grandes questões para agir com rapidez e competência e incorrupta para que não haja distinções de pessoas. Para Furtado (2011, p.29), no Plano Trienal, ele assinala a importância do planejamento, como deve se dá, e os vieses essenciais para economia:

[...]o planejamento é uma técnica de governar e administrar imprescindível às economias subdesenvolvidas. Nestas, o crescimento somente se realiza mediante modificações na própria estrutura econômica, com investimentos intensivos do tipo infraestrutural, criação de indústrias de base, substituição de importações por produção interna etc.

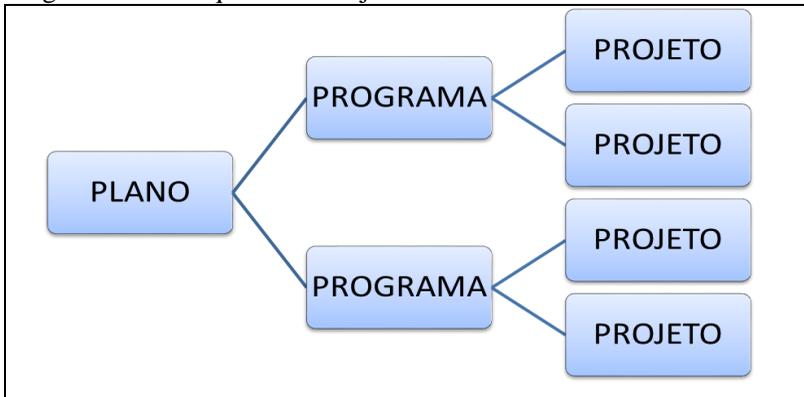
Para engendrar a concepção de planejamento o governo busca através do plano pôr em prática sua política econômica. Quando medidas de orientação de uma política econômica são postas em prática, de uma forma coesa, clara, coordenada, pode-se dizer que há um programa, ou mesmo, plano. Sendo assim:

Sob a designação geral de modos de orientação da economia compreendemos tanto a política econômica como o plano e o programa econômicos. A política econômica é a forma mais geral de orientação da economia. Mesmo nos países mais liberais,

ideologicamente contrários à intervenção do Estado na economia, seus governos sempre adotam uma política através da qual procuram influir no comportamento da economia. O plano e o programa são formas mais específicas de orientação, e a adoção dessas formas supõe a existência de uma política econômica (MIGLIOLI, 1982, p.10).

A figura 1. Representa a hierarquia do planejamento, para uma melhor explanação e concepção da ordem que forma:

Figura 1 - Hierarquia do Planejamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Em conformidade, Ianni (1986, p.15) discute que “toda política econômica, considerada tanto em nível ideológico como prático, pode ser encarada como manifestação particularmente privilegiada das relações em Estado e a Economia”. Como também, Ianni,(1989, p.7), “é uma forma de conhecer a sociedade. Complementa o autor Lewis, (p.21, 1960):

A controvérsia do papel do Estado é tão velha quanto a sociedade humana, o mesmo acontecendo com o seu rebento, a disputa a respeito do planejamento. Não sabemos de nenhuma sociedade, em qualquer lugar, ou em qualquer época, na qual o Estado não tenha desempenhado um papel ativo na regulamentação da produção e distribuição, ou em que não tenha havido defensores de uma regulamentação maior ou menor.

Desta forma, adentra-se na importância do papel do Estado com o imperioso compromisso de pensar o desenvolvimento nacional através do planejamento, de meio e longo prazo, para isso a nação, como todo, precisa se posicionar a convergência política que permita que o Estado construa estratégias para o amanhã.

2.3 Estado

A concepção de Estado é entendida de diversas formas, alguns autores defendem uma maior intervenção, outros, sua ausência. Mas quando se trata de desenvolvimento e crescimento é impossível permitir a ideia de que o Estado não esteja presente. O Estado está alicerçado pela junção entre território, povo e nação, estruturados em bases organizacionais que são fundamentadas em um pacto social (KOTLINSKI E GIULIANIS, 2012). Quanto ao território, conforme o autor Santos (2002), o Estado exerce um papel de intermediação entre o espaço e as forças externas que atuam dentro deste espaço, no sentido que não é passivo, pois, ao acolher essas forças, ele deforma, modifica suas direções e a sua natureza. Além disso, ele aparece como um fator de elaboração do espaço e suas limitações. A ação do Estado sobre cada subespaço pode ser assimilada a intervenções a nível conjuntural.

A relação com o povo se funda com a sociedade, onde, segundo Poulantzas (2000, p.147) esse jogo se dá pela “condensação material de uma relação de forças”, no sentido em que “se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela”. Cabe salientar, ainda, que as forças sociais podem influenciar a organização do Estado e também incutir-lhe tendências que possam influenciar o jogo de forças sociais e o conjunto de toda a sociedade. O Estado não pode ser organizado se não estiver em conformidade com as tendências da sociedade, contudo pode conceder o privilegio a um viés, conforme o poder de quem os detém:

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício de repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 2000, p.26).

O que leva a entender também, que ideologias não são simplesmente um sistema de ideias, ou mesmo, representações, e sim, compreendem uma série de práticas materiais extensivos ao conjunto de práticas sociais, políticas e econômicas. A ideologia,

pode se dizer, que não é algo neutro na sociedade, e existe sim a ideologia de classe, que se assinala na classe dominante. Essa ideologia dominante invade os aparelhos administrativos, a qual tem a função de elaborar, pregoar e reproduzir suas intenções (POULANTZAS, 2000). As forças que predominam na sociedade tendem a refletir sua influência no poder estatal, que confere à sociedade a direção que lhe for interessante.

O Estado-nação pode-se dizer, então, que é constituído de três elementos: um território, seu povo e uma soberania. O espaço é criado pela intermediação do povo com o território, e essa relação entre o povo e seu espaço e os diversos territórios que constitui uma nação são regulados pela função da soberania. E essas ações são condicionadas pelo modo de produção dominante do sistema internacional, pelo sistema político e pelos impactos do modo de produção precedentes e do modo atual. Nesse sentido, existe uma dialética entre o macroespaço (internacional), Estado e microespaço, sendo assim o Estado também é condicionado a se adaptar às exigências que nascem das questões externas e internas (SANTOS, 2012). Tavares (1998) explica que no caso brasileiro, o Estado teve um papel fundamental na constituição do capital industrial, de uma indústria pesada de bens de produção e de empresas internacionais para a instauração de um setor dinâmico.

3 PLANOS DE GOVERNO

Para analisar os vieses que o Estado vem tomando no Brasil desde a década de 1940, é interessante observar cada plano de governo para que se possa entender como esse jogo de forças vem atuando ao almejar o desenvolvimento.

3.1 PLANOS DE GOVERNO NO BRASIL

Entre os anos de 1930 até 1945, o governo brasileiro, o governo passa a responder problemas e dilemas conforme apareciam no seu horizonte político. Foram estabelecidas, entre outras medidas, a legislação trabalhista e sindical, as condições e os limites sociais e políticos para a atuação dos assalariados. No governo de Getúlio Vargas adotou-se uma série de medidas econômicas, realizou inovações que assinalaram uma nova fase entre o Estado e o sistema político – econômico (IANNI, 1986). Nesse período, foi relatada a primeira experiência de planejamento econômico, com a formulação do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, lançado e instituído pelo decreto Lei nº 1.058 de 19 de janeiro de 1939 que tinha com o objetivo principal promover a criação de indústrias, até então chamada básicas como a siderurgia, execução de obras públicas, bem como promoção de uma defesa nacional dos elementos necessários para a ordem e segurança do País e melhoraria dos transportes. O plano, na sua essência, possuía um investimento presumido de três mil contos de réis para um período de cinco anos, com o compromisso de prestar contas ao Tribunal dia 30 de junho de cada ano, das operações realizadas no exercício anterior. Esse plano foi executado até 1943, onde de sua revisão, foi lançado um novo programa (BRASIL, 1939). Esse novo programa chamado de Plano de Obras e Equipamentos foi instituído em 1943, como o Brasil havia solicitado empréstimos do governo americano, foi recebido a visita da Missão Cooke. Assim, foi elaborado um estudo de diversos setores, transportes, energia, indústria de transformação, educação, e proposto, então, a criação de um órgão central de planejamento.

Desde então, os governantes passaram a reformular os fatores de produção e as condições de funcionamento do mercado, como também, as relações internas de produção e as relações entre a economia brasileira com a economia internacional. O

desenvolvimento do poder político, no Estado Novo, revela uma acentuação dos seus conteúdos burgueses, em confronto com outros elementos como os sociais, culturais, e políticos, que anteriormente eram oligárquicos vigentes até então. Os anos posteriores a década é 1940 criou-se condições para o desenvolvimento do Estado Burguês e sua caracterização nas instituições políticas, econômicas, e nos padrões e valores sociais e culturais, ou seja, um marco da derrota do Estado, propriamente dito, Oligárquico.

Em 1948, já no governo de presidente Dutra, foi elaborado o Plano SALTE (Saúde, Alimentação e Transporte), para os anos de 1949 até 1953, porém foi submetido ao Congresso Nacional e só foi aprovado em 1950. Ao analisar o discurso inicial deste plano, Dutra exalta papel do Estado como uma “a ação do Estado deve se fazer sentir em todos os domínios da sociedade humana onde haja uma parcela de interesse público” (Plano Salte p.4, 1950), o que deixa claro que o poder do Estado enfraquece. Os recursos utilizados foram tanto do âmbito interno como externo e o governo possuía características liberais. O Plano trouxe destacado setores como: saúde, alimentação e transporte, onde explana uma panorâmica dos problemas e como devem ser solucionados, com diretrizes orçamentárias pré-estabelecidas. Cita a equipe técnica e de que forma foram formulados tais programas.

Nesse período, mais precisamente em 1951, Getúlio que havia sucedido Dutra, lança o Plano de Reparelhamento e Fomento da Economia Nacional, que foi aplicado em paralelo ao Plano SALTE. Este plano foi instituído pela nas Leis nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências. Em seguida, a Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956, prorroga a vigência das medidas de ordem financeira para a execução desse plano econômico. A qual, entre outras formas de crédito fica a responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) autorizado a efetuar depósitos em organismos oficiais de crédito, inclusive de natureza bancária, executores de programas federais, estaduais ou regionais de desenvolvimento econômico, com o objetivo de aumentar a capacidade de inversão nos setores infraestruturas e da economia nacional. Assim como também, o mesmo, teria de conceder financiamento às Caixas Econômicas Federais, como suprimento de recursos para empréstimos às Prefeituras Municipais, destinados a empreendimentos ligados à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Assim como incentivo a indústria nacional com a

utilização de matéria prima nacional e isenção de alguns impostos (BRASIL, 1950). Esse plano teve sua prorrogação assinada em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek.

No mandado do presidente Juscelino Kubitschek, um novo plano econômico foi elaborado a partir dos estudos da Comissão Mista BR-EUA e Cepal-BNDE, a intenção era acelerar o Brasil 50 anos em 5 com as seguintes Metas síntese: energia, transporte, alimentação, indústria de base (MIGLIOLI, 1960). O Plano, que foi chamado de programa, mas constituiu-se de uma série de programas setoriais, que foram destinados a orientar a execução, assim como expandir e orientar a execução de obras e expandir ou implantar indústrias e serviços que são indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 1958). O plano abrange projetos a serem executados com parceria público privado:

O programa de metas não é um plano teórico elaborado sem contato com a realidade e que se escoa no tempo. É um plano em marcha. É um esforço incessante de coordenação das atividades de um. Grande número de entidades públicas e privadas, que executam obras, edificam empresas ou prestam outros serviços à coletividade. Por isso, sofre um processo permanente de aperfeiçoamento, tornando-se cada vez mais objetivo e realista (PROGRAMA DE METAS, 1958, p.14).

As metas nesse plano são expostas claramente com valores estimados para investimentos. O programa de metas, mostra o viés desenvolvimentista e está dividido em três volumes, um lançado em 1958 com o nome de Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de junho de 1958, o segundo como o Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1958 e o terceiro Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de setembro de 1959. A sequência traz de forma sistemática para consulta das obras que foram realizadas e que estavam em andamento.

Segundo Lessa (1982, p.27), o Plano de Metas foi a mais sólida decisão no processo de industrialização do país, conferia prioridade na construção de estágios ditos “superiores” da pirâmide industrial verticalmente integrada, como também do capital social

básico de apoio a esta estrutura. No ano de 1959 a dinamização das regiões primário-exportadoras se dá pela criação do órgão de planejamento SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). O plano postulava investimentos nos setores de energia, e em algumas atividades industriais básicas (siderurgia e refinamento de petróleo). O autor, quando se refere a política econômica adotada no plano, divide em quatro peças básicas, a primeira é o favorecimento a entrada do capital estrangeiro onde propiciou a entrada de capitais de empréstimo, a segunda foi a ampliação da participação direta do setor público na formação interna da capital, a terceira foi o esforço de canalizar recursos privados para as áreas estratégicas do plano e a quarta foi o tratamento do problema de estabilidade.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, vem em seguida, Jânio Quadros, que foi elaborado em 1962, num período de instabilidades políticas e econômicas. Foi sistematizado por Celso Furtado, com influência da CEPAL e das experiências brasileiras e latino-americanas, tanto práticas quanto teóricas, que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, um misto de política de estabilização e de retomada de crescimento. Trazia características e tendências do desenvolvimento recente, projeções globais e condições de estabilidade, correção dos desequilíbrios regionais e programação setorial. A programação setorial está dividida em: Pré-Investimentos para Aperfeiçoamento do Fator Humano, Pré-Investimentos para Ampliação do Conhecimento dos Recursos Naturais: investimentos infraestruturas, Desenvolvimento das Atividades Agrícolas e de Abastecimento e Desenvolvimento das Atividades Industriais (BRASIL, 1962). E diretrizes como Reforma Agrária, Reforma Administrativa, Reforma Bancária e Reforma Fiscal, estavam em destaque neste plano, que se pode considerar, o plano com caráter desenvolvimentista e com grandes investimentos a redução das desigualdades regionais, porém este plano não foi colocado em prática.

Ianni, afirma que:

Em comparação com os planos, programas, comissões, institutos, departamentos, e superintendências criados pelos governos anteriores, o Plano Trienal correspondeu a uma fase mais avançada de elaboração conceitual e analítica. Pela primeira vez

formulava-se, no âmbito do próprio poder público, um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do País (IANNI, 2009, p. 196).

Nos anos seguinte, mais precisamente entre 1961 a 1964, o país entra numa crise política e econômica, marcado pelo período de governo de Jânio Quadros e João Goularti. O autor Ianni (2009, p.220) aponta três facetas importantes, “o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento”, a segunda faceta está ligada com “o aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da República, em especial o executivo e o Legislativo” e por último, ele atribuiu uma mensuração, onde quanto mais aprofundava a crise político-econômica “politizavam-se ainda mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais”.

Nos anos que se seguiram, mais precisamente, entre 1961 e 1964, o mundo estava sob o impacto da Guerra Fria, havia uma polarização das forças políticas de direita e esquerda. No âmbito interno rompeu-se a coalização do nacional-desenvolvimentismo, o que criou um clima instável no setor nacional, e o resultado foi a culminação do golpe militar, que foi caracterizado com o período autoritário mais longo da história da política no país. A partir de então, inicia-se um ciclo de governo ditatorial que vai até a década de 1980, com os militares no governo. O período é caracterizado pelo modelo de desenvolvimento baseado no tripé, que tem por base a empresa nacional, a empresa de capital estrangeiro e o fortalecimento do setor estatal. O golpe foi de natureza autoritária, o pacto era integrado pelos militares com o apoio de setores do empresariado. Diretrizes como a formulação da Escola Superior de Guerra, as doutrinas da Segurança Nacional, com ênfase na ideologia Brasil Grande Potência, eram expressas nos Planos Nacionais de Governo do período (DINIZ, 2011).

Castelo Branco, o primeiro presidente imposto, elaborou em seu mandato O Plano Decenal (1967 – 1976), um plano de mais longo prazo, porém, por divergências políticas, e pela opção de formular suas próprias ações. O plano estava dividido em sete tomos: inicialmente trazia uma visão geral, onde apresentava estratégias gerais de desenvolvimento e das estratégias setoriais, onde incluiu-se

o programa de investimentos para os setores públicos e privados, e uma lista dos principais projetos suscetíveis de financiamento internacional e nacional. No segundo tomo aspectos macroeconômicos foram debatidos e as diversas políticas instrumentais como a fiscal, a monetária de do setor externo. O terceiro eram os investimentos em infraestrutura, como energia, transporte e comunicações. O quarto era o tratamento da política integrada de desenvolvimento da agricultura e abastecimento. O quinto trazia a indústria, a mineração e serviços, chamadas, então, de básicas. O sexto tomo abrangia o desenvolvimento social e nele assuntos como saúde, educação, saneamento e previdência social. E, por fim, o sétimo seu objeto era o desenvolvimento regional e urbano, onde tratou não apenas da política em diversas regiões, mas também, da regionalização de programas setoriais, no que diz respeito, a indústria (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1967).

O presidente pôs em prática boa parte do programa de reformas de base debatidas nos anos de 1962 e 1964. Criou novas possibilidades para a expansão e o funcionamento da empresa privada, a nacional e a estrangeira. Para que a empresa privada pudesse funcionar em melhores condições, o Estado interferiu de modo mais profundo e sistemático tanto nas relações internas, como também, nas relações externas. Para isso o governo suscitou a necessidade de uma planificação econômica com período estendido, o que resultou no Plano Decenal. Nesse sentido, tratava-se de aproveitar as condições políticas, onde o Executivo sobressaia ao Legislativo e as condições econômicas que estavam favoráveis. As diretrizes básicas deste plano se constituíam na programação da produção, consumo e investimentos da União, também de suas autarquias, empresas e sociedades de economia mista, com conhecimento das suas fontes de financiamento e a outra diretriz era baseada na definição dos critérios da ação direta do governo com instrumentos institucionais de regulação econômica (IANNI, 1986).

No mandato do ditador Costa e Silva, foi criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento para o período entre 1968-1970. Este plano traz a o comportamento recente da economia brasileira, que foi elaborado por uma equipe de economistas dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Inicialmente trata de quatro problemas: alta galopante dos preços, estagnação econômica, crise da balança de pagamento e “desordem político-social”. Toma o desenvolvimento como objetivo básico, sendo este acelerado, aumento da produção nacional de bens e serviços, propõe o fortalecimento da empresa

privada nacional, ressaltando que o mercado interno como ferramenta mais importante para construir o desenvolvimento. Os investimentos governamentais se concentrariam em infraestrutura como: energia, transporte e comunicações, Siderurgia, Mineração. Habitação, Saúde, Educação e Agricultura. Consiste num plano bem descritivo, porém sem diretrizes orçamentárias (BRASIL, 1962). Neste, era considerada a inflação de custos, diferentemente do plano anterior, e justificava as políticas monetárias e fiscais expansionistas, “abrindo um inesperado período de crescimento econômico chamado de ‘Milagre Econômico’. Caracterizado pela abertura da economia, industrialização e altos índices de crescimento (DINIZ, 2011).

Outro plano que contribuiu para o milagre foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano propunha que o Governo deveria ampliar suas funções para fortalecer o capitalismo nacional, através da estatização. Ele foi elaborado no governo militar de Emílio G. Médici, constituído para o período de 1972 a 1974, foi dividido em duas partes. A primeira parte desse plano constitui o Modelo Brasileiro e Estratégia de Desenvolvimento, que engloba a Revolução e os Objetivos Nacionais, o Modelo Econômico de Mercado, a Estratégia de Desenvolvimento, Estratégia Econômica Externa, Integração Social e as Grandes Prioridades e Metas Setoriais. A segunda parte engloba Ação para o Desenvolvimento, Os Fatores de Expansão: Política Científica e Tecnológica, Os Fatores de Expansão: Emprego e Recursos Humanos e a Ação Administrativa. Inicialmente traz números do Milagre Econômico, como a oitava colocação do Brasil no PIB. E propõe investimentos para modernizar a empresa nacional, uma atuação eficiente do governo, uma mobilização mais intensa do Sistema Financeiro Nacional e do Mercado de Capitais. Dentre os objetivos nacionais estão: transformar o Brasil numa nação desenvolvida, criar uma economia moderna, competitiva e dinâmica. Em consoante com os outros planos analisados até agora, este traz as dimensões da economia brasileira, com magnitudes globais de 1970 a 1974 (BRASIL, 1971). Com metas pré-fixadas para Educação, Saúde e Saneamento, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Industrias Básicas, Mineração, Energia Elétrica, Petróleo, Rodovias, Navegação, Comunicações, Habitações, Desenvolvimento Regional, Transferências da União para os Estados e Municípios e Integração Social.

Para dar continuidade a este plano, foi elaborado o II PND em

fins de 1973 e início de 1974, para contemplar o período de 1975 a 1979, no governo ditatorial de Ernesto Geisel. Possuía metas muito mais ambiciosas, propondo uma reorientação do processo de crescimento, onde o foco industrial passava da indústria de bens de consumo duráveis para a indústria de bens de capital e de insumos básicos, para que se conseguisse aumentar a capacidade de autofinanciamento e reduzir o fluxo de importações. Pretendia conciliar o crescimento à contenção inflacionária. Os resultados ao crescimento econômico proporcionado pelo II PND devem-se em grande parte a uma conjuntura internacional favorável, que através da internacionalização da economia brasileira permitiu a captação privada de recursos externos. A conjuntura externa, desta vez de crise, foi determinante também quando a partir de 1973, a euforia de crescimento foi substituída por uma crescente estatização da dívida pública e aumento inflacionário. Divido claramente em quatro partes intituladas como: Desenvolvimento e Grandeza: o Brasil como Potência Emergente, que contemplava o sentido da tarefa nacional, estratégia de desenvolvimento e modelo econômico, estratégia industrial e agropecuária, estratégia econômica, integração nacional e ocupação do universo brasileiro, estratégia de desenvolvimento social e a integração com a economia internacional; a segunda parte, chamada Grandes Temas de Hoje e de Amanhã, trazia a política de energia, desenvolvimento urbano e controle da poluição e preservação do meio-ambiente, a terceira parte: Perspectivas: Brasil no Fim da Década, com a intenção de apresentar as perspectivas da economia brasileira para o fim da década, e por último a quarta parte, Ação para o Desenvolvimento, trazendo temas como: programa de investimentos e apoio financeiro dos bancos oficiais, instrumentos de ação econômica, emprego e recursos humanos, política científica e tecnológica e a ação administrativa. Um plano ambicioso, para cobrir a fronteira entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Não traz, também, os valores que pretendiam investir (BRASIL, 1974).

O “Milagre Econômico”, assim chamado pelos militares, foi considerado o auge dessa estratégia, demarcado pelos anos de 1968 até 1974, sob o governo de general de Médici, o país cresceu a uma taxa anual de 10,1% ao ano, sendo que a indústria alcançou um ritmo de crescimento de 12,2% ao ano. Contudo esse forte desempenho da economia se confrontava com o forte endividamento externo, alta concentração de renda, e inflação em alta (DINIZ, 2011). Como também, foi um período marcado por uma má distribuição de renda e um afastamento, ainda maior, das classes sociais.

No III PND que foi elaborado no governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo, para abranger o período 1980/1985 visava objetivos como a construção de uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável, um acelerado crescimento de renda e emprego, melhoria na distribuição de renda, redução nas disparidades regionais, contenção da inflação, controle do endividamento externo. Fatores como o aumento dos juros externos, as constantes desvalorizações do cruzeiro, alimentaram e aceleraram a inflação que impuseram efeitos negativos sobre as finanças públicas. Isso se justifica pelo segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais. O que fez com esse plano não saísse do papel. Neste sentido, este plano, passou a ser chamado apenas de “carta de intenções”, pois as decisões eram tomadas com o contexto do dia-a-dia, sem projetos em andamento. Este plano possuía uma estrutura de políticas macroeconômicas direcionadas para: política anti-inflacionária, política financeira do governo, política de comércio exterior, mercado de capitais, seguros e previdência privada. A preocupação também estava voltada com a indústria, setores de infraestrutura, e o que é chamado de outros setores, que abrangia a mineração, comércio e turismo. E, políticas setoriais direcionadas à: agricultura e abastecimento, setor energético e setores sociais como a educação, saúde e previdência social, trabalho, saneamento básico, habitação popular, segurança pública e desenvolvimento comunitário. Assim como, meio ambiente, recursos naturais, descentralização administrativa e desburocratização, recreação, lazer, desporto, forças armadas e relações exteriores (BRASIL, 1980).

A redemocratização brasileira vem com o fim da ditadura militar, nas eleições de 1985. Eleito indiretamente, Tancredo Neves faleceu antes de assumir a presidência, ficando no seu vice-presidente José Sarney. Lançou em 1986 o I PND da Nova República, mas em meio a toda instabilidade econômica que o Brasil estava passando, ou seja, estava desorganizada internamente. Mesmo assim, tinha como modelo um novo governo civil. O discurso da “Nova República” se deu no compromisso de mudar a vida política, econômica e social no país. Este plano se deu no período de 1986-1989, visava reformas, crescimento econômico e combate à pobreza, ele se diferencia dos planos anteriores pela concepção de desenvolvimento, o governo parte do pressuposto que cabe ao setor privado o papel de destaque para a retomada do crescimento. O Estado deveria retomar as funções tradicionais da prestação de

serviços públicos e as atividades produtivas estratégicas para o desenvolvimento nacional de longo prazo e complementar a iniciativa provada. O plano não teve o sucesso esperado, e alguns outros foram criados em paralelo a este para a recuperação econômica e a tentativa de cumprir as metas iniciais, sem muito sucesso. Não possuía diretrizes orçamentárias e consistia em temas como: Crescimento Econômico, Reformas e Combate à Pobreza, Retomada do Crescimento, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Cultura, Política Ambiental, Desenvolvimento Regional e Urbano, novamente Forças Armadas e Relações Exteriores. Período marcado, também, pela instituição Constituição de 1988, Estado de Direito com ênfase nos direitos políticos e sociais (BRASIL, 1986).

No contexto mundial de 1975-1980, após duas crises do petróleo e do colapso do modelo de Bretton Woods, o modelo de nacional-desenvolvimentismo entra em declínio, ocorre uma erosão no pacto autoritário e um afastamento dos empresários, rompendo a aliança com os governos militares e como isso um avanço do movimento pela democracia, uma campanha contra a estatização da economia que fez ganhar espaço os conceitos da privatização (DINIZ, 2011). Diante do aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Brasil, a partir do fim da década de 1970, os planos nacionais posteriores até 1990 foram mais destinados à estabilização econômica e sem grandes metas e realizações. Uma análise resumida da política econômica dos militares se dá numa continuidade de objetivos básicos como o controle da inflação, diversificação e expansão nas exportações, racionalização das estruturas internas e externas. Era uma forma de aperfeiçoar o subsistema econômico vigente na época, principalmente, estimulando o funcionamento das empresas privadas. O Estado, então, por meio de ações diretas ou indiretas, foi levado a elaborar políticas econômicas destinadas ao aperfeiçoamento da empresa privada, o que levou, a estender e aprofundar a participação do poder público nos diferentes setores da economia brasileira (IANNI, 1986).

Cabe ressaltar que entre os anos de 1930 até 1980, o Brasil havia realizado a construção de um parque industrial complexo e diversificado, o que destacou o Brasil, como porte de diferenciação para os demais países da América Latina (DINIZ, 2011). Quanto a elaboração de planos a Constituição de 1988 foi um marco, pois através dela que os planos plurianuais se tornaram obrigatória. O plano plurianual tem como função estabelecer, de forma

regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal para as despesas capital e outras dela decorrentes. Os planos e programas nacionais passaram a estar em consonância com os planos plurianuais (BRASIL, 1988)

Quanto a Constituição de 1988, Pochmann (2010, p.126), ainda ressalta que:

Desde o final da década de 1970 que o movimento de redemocratização nacional impôs outra perspectiva para o encaminhamento do sistema de proteção social no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas bases para o desenvolvimento do Estado de bem-estar social mediante a diversificação dos atendimentos, a sofisticação dos conteúdos das políticas públicas e a ampliação da cobertura nos benefícios e na prestação dos serviços direcionados cada vez mais a universalização. O resultado da constitucionalização dos direitos se expressou por meio da ressignificação dos princípios da justiça e solidariedade, permitindo que o gasto social avançasse relativamente ao Produto Interno Bruto e passasse a apresentar resultados de melhora importante no bem-estar geral da população.

Contudo, a ruptura do nacional-desenvolvimentismo e a entrada do liberalismo, em 1990, o país deixou ter um Plano nacional de governo propriamente dito, e passou a ter intenções de campanha, conforme pode-se observar com a presidência do Fernando Collor de Melo e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme explica Cardoso Jr. (2014, p.7):

Ocorre, entretanto, que depois de mais de duas décadas de relativa estagnação econômica (1980 a 2003) e indefinições quanto ao modelo de desenvolvimento a seguir, o Brasil retomou certa capacidade de crescimento de sua economia a partir de 2004. Tal retomada mostrou-se fundamental para a melhoria de indicadores sociais e do mercado de trabalho

no período recente e, ao mesmo tempo, explicitou a necessidade da sustentação do crescimento para fazer frente aos desafios colocados para a construção de um país menos heterogêneo e desigual.

No entanto, no início dos anos 2000 uma nova onda percorreu a América do Sul trouxe consigo antigos paradigmas de políticas econômicas, sua principal característica é a retomada do crescimento e distribuição de renda (CARNEIRO, 2012). No caso do Brasil não foi diferente, ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, traz consigo o perfil de um social-desenvolvimentismo, pautado em políticas públicas. No seu segundo mandato foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, plano caracterizado por uma reunião entre investimentos em infraestrutura logística, energética e social.

Nesse período de governo, num apanhado geral, mais precisamente no segundo mandato, os avanços econômicos e sociais foram de suma importância para superar a grave crise no quadro internacional em 2008. O país teve condições de reaparelhar seu sistema financeiro para responder às exigências de reorganização do setor produtivo, ou seja, foi um período em que as políticas foram direcionadas para ampliar e aprofundar o funcionamento do mercado, onde concebeu oportunidades aos pequenos e microempresários, assim como, aos diversos setores produtivos emergentes. Foram políticas pensadas, não apenas para sustentar o mercado em meio à crise, mas também, não abandonou o sentido geral de repartição de renda, nos avanços nas reformas redistributivas que contribuíram para o aprofundamento do consumo em massa (POCHMANN, 2010).

Ao assumir o poder em 2011, Dilma Rousseff dá continuidade ao plano de governo, como também, as políticas sociais, o que caracterizou a continuidade do perfil social-desenvolvimentista no país. Em 2015 a ex-presidenta Rousseff, com a sua reeleição, lança uma terceira fase do plano, chamado então de PAC 2015-2018. O subcapítulo abaixo tem como finalidade explicar o que é o plano de governo PAC, suas obras, formas de financiamento e seus resultados no perfil de políticas socioeconômicas no país.

3.1.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2015)

Como relatado acima, depois de anos de um jejum, de Planos Nacionais de Governo, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento PAC (2007- 2010). Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com o intuito de promover um desenvolvimento acelerado e sustentável. Um plano ambicioso, em meio a uma crise mundial, que combinou um modelo de desenvolvimento com redistribuição de renda. Através do planejamento, o papel do Estado foi redefinido como indutor de investimentos, proporcionou parcerias com o setor privado para construir uma infraestrutura necessária e poder sustentar o crescimento do país.

O lançamento do PAC 1, no dia 28 de janeiro de 2007, trouxe objetivos de aceleração do crescimento, com intenções de impactar no aumento de emprego, melhorias de condição de vida da população brasileira, incentivo ao investimento privado, aumento do investimento público em infraestrutura, propondo remover “obstáculos” como: burocráticos, administrativos, jurídicos, normativos e legislativos. Estava fundamentado com princípios econômicos dirigidos a estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa. Um plano com efeitos a longo prazo, suas medidas foram divididas em cinco blocos: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e financiamento, melhora do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. Audacioso, o PAC1, trazia a infraestrutura com objetivos de eliminar gargalos que poderiam restringir o crescimento da economia, redução de custos para incentivar o aumento da produtividade das empresas, estímulo para aumentar o investimento privado, redução das desigualdades regionais, especialmente com a recriação da SUDAM e SUDENE. Inicialmente, dividiu o investimento em infraestrutura em: logística, energia e social, todos com diretrizes orçamentárias para os gastos de cada setor proposto. Com relação ao crédito e financiamento continuaria com o aumento do volume de crédito, principalmente o habitacional e de longo prazo para investimentos em infraestrutura. Para estimular o crédito, propôs a redução dos *spreads* do BNDES

para questões como logística (ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e terminais), desenvolvimento urbano (transporte urbano integrado e saneamento ambiental) e infraestrutura.

O resultado do PAC1 trouxe no seu legado uma forte parceria com Estados e municípios, estabeleceu um diálogo interfederativo na seleção e execução de suas obras, em especial saneamento e habitação. Através de concessões, ampliação de contratação de serviços, desenvolvimento de políticas, ampliou parcerias com setor público e os investimentos privados (BRASIL, 2011). Com o encerramento do mandato do presidente Lula em 2010, assume em 2011 Dilma Rousseff (2011-2014). No seu governo, foi dado continuidade o planejamento a longo prazo e de imediato o PAC. Chamado de PAC 2, o plano de governo, entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, contudo, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior.

O PAC2 inicialmente foi dividido em seis eixos: cidade melhor, comunidade cidadã, minha casa minha vida, água e luz para todos, transportes e energia, cada segmento deste, assim como o PAC1, foi previsto um orçamento inicial e exposto o acompanhamento desses investimentos em relatórios trimestrais e anuais dispostos no *site* do governo federal. Os eixos: cidade melhor, água e luz para todos, comunidade cidadã e minha casa minha vida, foram definidos a partir de diálogos com estados e municípios, conforme proposto no discurso inicial, pois envolveram assuntos como: unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde, creches, pré-escolas, quadras esportivas, praças, posto de polícia comunitária, urbanização de assentamentos precários, financiamento habitacional. Quanto aos investimentos com transporte, os setores envolvidos são: rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos, com o objetivo de manutenção, ampliação e reestruturação. No setor de energia, os investimentos foram direcionados à geração, transmissão, petróleo, gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral (BRASIL 2016k).

Com a reeleição da presidenta Dilma em 2014, foi lançado em 2015 o PAC (2015-2018). Destacou-se, até então, como um programa consolidado, com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Tanto o PAC1 como o PAC 2 e o lançamento do PAC (2015 – 2018), são planos que consolidaram políticas de cunho social o que se diferenciam dos demais planos ao longo da trajetória de planos de

governo. Neste sentido, faz-se necessário entender como essa oscilação de cunho ideológico dos governos influenciaram no planejamento, e como o Estado estava inserido em cada período. Adiante segue a pesquisa com a caracterização de movimento pendular e os planos de governo brasileiro.

3.2 ONDE SANTA CATARINA APARECE NOS PLANOS DE GOVERNO BRASILEIRO

Neste subcapítulo serão apresentadas, de forma sucinta, como Santa Catarina aparecia nos Planos Nacionais de Governo, para entender de que forma o governo estadual atrelou-se com o Nacional e como o desenvolvimentismo catarinense estava sendo pensado. Cabe salientar que os planos de governo foram formulados de formas diferentes, sendo assim, explanar-se-á os planos que em o estado catarinense aparece discriminado, com proposta para obras, investimentos, setores. Inicialmente trataremos do Plano Salte, pois os dois planos anteriores foram impostos por decreto-lei, sem uma subdivisão de investimentos por estado.

No Plano Salte, o estado catarinense aparece com investimentos em saúde, principalmente a preocupação com os óbitos de tuberculose, aos quais números, assombravam a capital do estado. Neste período, o estado era um forte produtor e exportador de erva mate, percebe-se no plano uma preocupação com investimentos no setor, no que diz respeito a construção de armazéns e concessão de empréstimos. A apicultura também aparece de forma singular, com a sugestão de implantação de uma estação experimental que seria superintendida pelo Instituto de Zootecnia. No setor de transporte, aparece em destaque a construção e conclusão de ramais ferroviários, assim como o melhoramento das vias permanentes, aparelhamento de material rodante e de tração. Ainda no transporte, investimentos em rodovias, aparelhamento e ampliação de portos, como Itajaí e Laguna. Proposta de instalação aeroportuária em Florianópolis, auxílio às instalações de hidroelétricas, aparecendo em destaque as usinas de Garcia em Lages, bem como a linha de transmissão Tubarão-Florianópolis para aproveitamento da energia termoelétrica da companhia siderúrgica Nacional (BRASIL, 1950)

Em seguida, o Programa de Metas (Plano), no primeiro volume aparecem a proposta de investimentos e nos dois

subsequentes as obras em andamento e conclusão. No estado, no setor de energia elétrica a usina termoeletrica de Capivari teve destaque, inicialmente como assinatura do contrato para construção e depois como compra de equipamentos, assim como, a construção de linhas de transmissão em direção ao norte de Santa Catarina, numa extensão de 200 quilômetros a fim de fornecer energia a Florianópolis e ao Vale do Itajaí, fica explícito o objetivo da obra: ampliar o parque gerador de energia elétrica do país e de “aproveitar os carvões secundários da zona meridional”. Segundo o plano, a produção brasileira de carvão mineral em 1955 atingiu o total *record* de 24 milhões de toneladas (carvão bruto), situando-se em 1,7 milhões o consumo de carvão beneficiado, distribuídos pelos três estados do Sul, onde o destaque é Santa Catarina. Mais uma vez a ferrovia aparece em destaque, a estrada de ferro Dona Teresa Cristina foi reaparelhada com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento do Estado, o que aumentou consideravelmente o rendimento do transporte do carvão de pedra nessa estrada. No setor portuário, O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais providenciou a compra de locomotivas Diesel, empilhadeiras, etc., para os portos de Henrique Lages e Laguna, em Santa Catarina, no programa de maior mecanização dos embarques. Assim como a previsão para complementação do porto de Itajaí e do de São Francisco do Sul, projeto do porto carvoeiro de Imbituba, foi realizado a construção de mais de 200m de cais em Itajaí; concluídos os cais 1 e 2, 3; em Imbituba foram feitos serviços de dragagem para localização do porto carvoeiro. Na parte de armazéns e silos, com a colaboração do Governo Federal através do BNDE, em fase de construção estava a unidade de Coqueiros. E por último, a siderurgia, estava em planejamento uma usina de eletro-siderurgia em Santa Catarina, para a produção de 130 mil toneladas ano de aço em lingotes e em estudo no Congresso Nacional a criação da Usina Siderúrgica de Santa Catarina, para atender a demanda crescente de perfílados médios ou leves da região meridional do país. Onde empregaria a Usina, como combustível, somente o carvão nacional. O empreendimento tinha como objetivo constituir um mercado seguro para o excedente da energia elétrica produzida nos primeiros anos pela Usina Termelétrica de Capivari (BRASIL, 1958).

No PAEG, mais uma vez o setor carbonífero toma destaque, os objetivos do plano estavam pautados na redução do seu custo e na criação de um sistema integrado de produção, beneficiamento e

transporte. No sentido de reestruturar o complexo carbonífero para torná-lo mais produtivo e cada vez mais independente e de subsídios oficiais, visando a melhoria gradativa da qualidade do produto oferecido ao mercado consumidor. A modernização e especialização da atividade portuária, estava em destaque também, e isso seria feito mediante construção de terminais de alta capacidade para movimentação de granéis sólidos, como sal, minérios, trigo, milho, carvão e fertilizantes, e terminais para cofres de carga e a substituição dos equipamentos obsoletos de carga geral. Um fator novo aos planos é o setor de telecomunicações, onde foi proposto que o sistema nacional de telecomunicações deveria permanecer sob controle e fiscalização do Governo Federal, podendo, no entanto, a sua exploração, no que a União não reservar para sua exploração direta, ser objeto de autorização ou concessão. Para isso, os Estados serão orientados e incentivados no sentido de elaborar planos estaduais, desde que estivessem “integrados ao Plano Nacional”. Visava, neste caso, a minimização dos custos operacionais e, em consequência, beneficiar os usuários dos serviços. Isto foi proposto para evitar a multiplicação de pequenas empresas com atuação no mesmo Estado, e dar preferência para que a exploração das redes urbanas e interurbanas, no âmbito estadual, fosse confiada a uma empresa de grande porte, de caráter governamental ou concessionária. E o estado catarinense estava entre os nomes para tal ações (BRASIL, 1962)

O I e II PND estavam pautados nos mesmos moldes, apesar de não discriminar os investimentos por Estado, como os planos anteriores, eles foram de suma importância para a integração dos estados. Neles estava proposto a construção de uma estrutura integrada de indústria e tecnologia e polos regionais de agroindústria na região sul. Assim como investimentos na indústria de Siderurgia e minerais não metálicos (no caso de Santa Catarina, mais uma vez o carvão está em destaque). O chamado “programa carvão” que aparece no IIPND é orientado para a expansão, modernização e pesquisa do carvão como matéria prima para a elaboração de produtos industrializados, beneficiamento das minas para a produção de ácido sulfúrico e ferro. No que tange o campo econômico, a proposta dos planos era proporcionar ao setor privado recursos necessários para investimento em indústrias, com destaque a mineração, agropecuária e agroindústria (BRASIL, 1971; BRASIL, 1974).

No III PND a proposta era de promover o melhor equilíbrio geoeconômico e geopolítico das regiões Sul e Sudeste. Afirmava no plano, que apesar da posição econômica favorável em relação ao restante do país, não se subestimaria a presença nela do “subdesenvolvimento” e suas manifestações. Nesse sentido, a solução proposta era de disciplinar o rápido crescimento das principais cidades (onde se concentravam 20% da população), principalmente mediante políticas de descentralização industrial e de agropecuária e abastecimento - esta última essencial para reduzir o intenso fluxo migratório rural-urbano e pelo apoio ao desenvolvimento das cidades de pequeno e médio portes (BRASIL, 1980). O que chama atenção, também, é a afirmação em que a elaboração do plano não perdera o planejamento para o desenvolvimento, apesar de timidamente Santa Catarina aparecer dentro do plano nacional de governo, vale ressaltar que os planos catarinenses estavam engajados a esses planos, tanto o I, II e o III PND.

Em seguida vem o IPND da Nova República, que infelizmente não foi posto em prática, mas as atenções para o estado catarinenses estavam dispostas para a pesquisa mineral com maiores possibilidades de revelar jazidas de minérios escassos no país, tais como cobre, enxofre, zinco, chumbo, molibdênio, fosfato, potássio, estanho, ouro, carvão e turfa. Como também o carvão mineral, propondo o aumento da utilização do carvão-vapor, através da elevação do fator de carga das usinas termoeletricas, permitindo compensar deficiências ocasionais de suprimento por parte das usinas hidrelétricas. Como também, a expansão do consumo de carvão metalúrgico nacional, principalmente mediante maior mistura com o similar importado, mantendo-se, porém, adequados níveis de rendimento energético, o que favorecia a região sul do estado. Entre outras medidas relacionadas ao carvão, estavam: o ajustamento da produção de carvão energético às necessidades do mercado, evitando-se acumulação excessiva de estoques e levando em conta os problemas ambientais; a transferência gradual da comercialização do carvão energético para a iniciativa privada. Entre essas questões, ainda estava em pauta: a diversificação e consolidação do parque industrial metal mecânico e agroindustrial; o incentivo para aumentar a produtividade do setor primário, acelerando-se o processo de modernização da agropecuária, principalmente para produção de alimentos para consumo interno; melhorar os níveis de renda da

população, mediante aproveitamento das potencialidades da agricultura, implementação de políticas para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas integradas a atividades rurais e adoção de parcerias (tipos de geração de empregos no setor urbano; promover integração intra-regional fortalecer as cidades de médio e pequeno portes em suas funções de articulação de espaços rurais e urbanos (BRASIL, 1986).

Esta sucinta análise serviu para entender dentro planos dos planos nacionais de governo como o estado catarinense estava sendo pensado a nível federal. Nota-se que o estado aparece de diversas formas, como integração, diversificação na indústria, investimentos em saúde, infraestrutura, mas o que se pode notar é que o carvão aparece em destaque na maioria dos planos. Como citado anteriormente, o Brasil após a década de 1990 sofreu um jejum de planos de governo, até o ano de 2007, que será estudado no capítulo 4 do estudo.

3.3 PLANOS DE GOVERNO EM SANTA CATARINA

Para entender melhor o conceito de planejamento estadual é interessante demonstrar como se deu essa necessidade. Quando se trata no âmbito regional é necessário considerar que conforme Milton Santos (2012, p.165) “não se pode negar que tendência que tem uma organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força”. Ou seja, a intenção aqui é entender como se deu o movimento pendular estadual diante do estudo sobre os planos nacionais e governo. O recorte se conceitua período de 2007 a 2015, justificando-se pela retomada do planejamento nacional com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este período vai abranger dois governos, consequentemente dois planos estaduais distintos.

Nesse sentido, ao estudar o Estado de Santa Catarina perante os planos nacionais, mais especificamente o Plano de Metas, Goulart Filho (2016, p.195) explica que “ a participação estatal se explicava pelo crescente aumento das demandas sociais, pela inércia empresarial e pela incapacidade do setor privado de fazer certos investimentos que demandavam recursos vultosos” que exigiram uma participação estatal com maior intensidade consolidando-se no âmbito do planejamento e, consequentemente, num plano de governo. A primeira experiência de planejamento no estado, se deu

no governo de Irineu Bornhausen, no ano de 1955. O plano foi chamado de POE (Plano de Obras e Equipamentos) que foi elaborado para um período de dez anos, como foi elaborado no último ano de seu governo, ficou a cargo do governo seguinte dar continuidade, contudo este plano apesar de ser a primeira experiência de planejamento econômico, possuía diversas metas que não foram cumpridas na sua totalidade (GOULARTI FILHO, 2016).

O Plano de Obras e Equipamentos, instituído por meio da Lei nº 1.365, de 4 de novembro de 1955 para vigência de 1956 a 1965, foi muito bem organizado com investimentos claramente pré-estabelecidos. Suas metas estavam voltadas para os setores de estradas de rodagem, energia e agricultura, educação e saúde, com diretrizes orçamentárias previstas para cada período. Então, com o intuito de subsidiar os investimentos, foi proposto um aumento de 20% nos impostos sobre “vendas e consignações”. No setor de estradas de rodagem estava previsto, do montante de investimentos, 45%, no setor de energia elétrica 35%, agricultura 10% e educação e saúde também 10%. (SANTA CATARINA, 1955). Neste período, o estado, estava diversificando e ampliando sua base produtiva, a qual explica Goularti Filho (2016, p. 123 e 124) “ampliação porque os setores carbonífero, madeireiro e têxtil ampliaram a capacidade produtiva” e diversificação, pois, “ a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. Cabe salientar, segundo Goularti Filho (2016) que nesse período foi constituída a CELESC, esta atitude não foi tomada de forma isolada, mas sim da necessidade crescente que o parque industrial brasileiro, pois o sistema privado de distribuição e produção de energia estava fragmentado e, sobretudo, deficiente para atender essa demanda crescente resultante da consolidação e metamorfose do capital. Esses investimentos advindos de uma intervenção estatal, contribuiu para que tal processo se realizasse. Contudo, devido a mudança do comando político, o plano ficou restrito a cinco anos.

No governo seguinte, como forma estratégica do candidato a governador, foi elaborado um seminário socioeconômico realizado pela Confederação Nacional da Indústria que permitiu o conhecimento da economia catarinense, sua estrutura, suas tendências e seus pontos de estrangulamento. As conclusões foram ratificadas pelos representantes, que interviram diretamente na conclusão do plano chamado de PLAMEG (Plano de Metas do Governo), elaborado para o período de 1961 a 1965. Este plano foi

instituído pela Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, e tinha como objetivo principal ser, segundo Schmitz (1985, p. 63), “um programa quinquenal de investimentos, ao qual era destinada a quantia correspondente a mais 35% da arrecadação estadual prevista para o período”. Suas metas eram o aperfeiçoamento e a revitalização de obras e serviços públicos e a promoção do desenvolvimento econômico e social do estado. Foram distribuídos os orçamentos em porcentagem: 26,7% para melhorias de condição de vida do homem, 58,3% para infraestrutura se referindo ao meio e 15% para expansão econômica, considerada como agrícola e industrial (SCHMITZ, 1985). Como o estado catarinense estava passando por uma fase de ampliação e diversificação para uma fase de integração e consolidação do capital, os investimentos em energia, transporte e o novo sistema de crédito, foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do setor industrial, no setor de alimentos, eletrometalmecânico, cerâmico, têxtil-vestuário, papel e celulose, madeireiro, carbonífero, moveleiro, plástico e porcelanas e cristais (GOULARTI FILHO, 2016) que perdurou até meados de 1990.

No governo seguinte foi elaborado o PLAMEG II, este plano também possuía metas quinquenais que perpassavam os anos entre 1966 a 1970, ele foi instituído pela Lei nº 3.791, de 27 de dezembro de 1965. Como uma continuidade, propunha melhorias no meio administrativo, valorização dos recursos humanos e expansão da economia com investimentos direcionados: Energia, Transportes, Comunicações, Finanças, Industrialização, Riquezas Naturais, Agricultura, Pesca e Turismo. No campo social: Cooperação com os serviços de justiça, Segurança Pública, Saúde Pública e Cooperação Social, Engenharia Sanitária, Habitação e Abastecimento. O plano também consistia em diretrizes orçamentárias para investimentos nos setores (SANTA CATARINA, 1965).

O plano seguinte, foi chamado de Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), instituído no governo de Colombo Machado Salles. Neste plano ele traz a importância do planejamento, conforme Salles (1971, p.2) “A tônica da reforma é o planejamento que se adota como técnica de aceleração do processo de desenvolvimento”. Este plano foi elaborado no intuito de acompanhar as diretrizes nacionais assinala o Salles (1971, p.13) “todo esforço possível será feita para que, ao nível da competência decisória estadual, tenha o Projeto brasileiro os resultados que dele espera e precisa o país”, até porque o governador era indicado pelos

militares. Sua ênfase era voltada para a modernização do Estado e com isso elaborou mudanças institucionais, distribuição de renda, fortalecimento das alianças com o setor privado e uma integração estadual. Trazia então, a problemática catarinense, metas estratégicas setoriais, modernização administrativa, integração estadual, expansão e modernização industrial, telecomunicações, energia, transportes, recursos humanos e tecnologia, agricultura, justiça, saúde pública, segurança, atividades culturais e possuía orçamentos para investimentos. O que se pode observar, como citado anteriormente, que Santa Catarina estava no seu processo de consolidação do capital, investimentos na indústria, telecomunicações (fator novo nos planos), transportes se mostravam como discurso chave para o processo de desenvolvimento (SANTA CATARINA, 1971).

No ano de 1974, os militares indicaram Antônio Carlos Konder Reis e para o seu mandato foi elaborado o Plano de Governo (PG). Este plano também ia ao encontro do plano nacional de governo, com o IIPND, se não fossem as diretrizes do plano nacional, o PG seguiria os moldes dos princípios liberais do Bornhausen. (GOULARTI FILHO, 2016). O documento foi estruturado em dez capítulos que traziam como ênfase: os pressupostos políticos, aspectos preliminares, síntese, estratégias de: desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento tecnológico e do meio ambiente, da ação administrativa, administração financeira e de obras e serviços. No desenvolvimento econômico os destaques eram: a implantação de um sistema de transporte e comunicação para facilitar a circulação de bens, ideias, pessoas e serviço; unificação de políticas de crédito; aplicação ordenada de estímulos fiscais (FUNDESC¹) com a realização de estudo setoriais alinhado a política federal (CDI, BNDE); dinamização do emprego da tecnologia; estabelecimento de uma política de estoque reguladores (para a agricultura para assegurar o mercado de preços); participação do estado toda vez que iniciativa privada se mostrar incapaz; estabelecimento de políticas regionais de desenvolvimento; aprimoramento da mão de obra; prosseguimento nos programas de pesquisa e extensão rural;

¹ Foi utilizado para servir de recursos para o PLAMEG, mas ficou sem ação até 1968, onde entrou o Regime de Incentivos Fiscais do ICM. Pode-se dizer, também, que o fundo preencheu a lacuna que o BDE deixou, onde fomentou o crescimento econômico (GOULARTI FILHO, 2016).

prosseguimento nos programas de energia elétrica (incluindo eletrificação rural em cargo do estado) (SANTA CATARINA, 1975). O que pode observar, mais uma vez, é essa aliança do governo nacional com o estadual e empresariado.

Na sequência foi elaborado o Plano de Ação para os anos de 1979/1983, o governador Jorge Konder Bornhausen. O plano trazia em seu bojo Bornhausen (1979, p.3) “promover ações que visem aqui consolidar uma sociedade progressista e de forte conteúdo social”. Entre as propostas, estava a redução da taxa de mortalidade e elevação da expectativa de vida, redução da subnutrição, ampliação de oferta da casa própria e no âmbito econômico, destacava-se a ampliação da oferta de emprego, estruturação do aparelho produtivo, redução da dependência econômica. Entretanto, nota-se que plano, de cunho liberal, propunha a limitação da interveniência do Estado no domínio econômico, como também, não possuía diretrizes orçamentárias, mostrou-se inconsistência o que se fez tornar uma carta de boas intenções. (SANTA CATARINA, 1979).

A Carta aos Catarinenses foi um plano elaborado diante de reuniões com Conselhos Comunitários, Sindicatos, Cooperativas, Associação de Pais e Professores, no mandato do governador Esperidião Amin. Tentou obter, durante o mandato, uma aproximação com a população catarinense, com debates em grandes e pequenas reuniões, onde foram apresentadas em torno de dez mil manifestações, que culminou no plano de governo. Apesar de ser chamado de plano, não apresentou diretrizes orçamentárias, no entanto os resultados da experiência de governo no livro a “A Vez do Pequeno”, onde retratou todos os projetos concluídos no período. Na questão de infraestrutura, o transporte estava em destaque, mostrou obras realizadas no período que Amin esteve à frente da Secretaria dos Transportes e obras, no governo de Jorge Konder Bornhausen, como o FEAR (Fundo Estadual de Assistência Rodoviária), implantação de Centrais de Informações de Frete e a EMCATER (Empresa Catarinense de Transportes e Terminais), e destacou também a pavimentação como fator de interação para o desenvolvimento, no setor de energia era oferecer energia a todos os catarinenses, ampliar a rede de comunicações e, também, aproveitar de forma racional os recursos minerais. A proposta para as empresas era fortalecer a linha de crédito, incentivar a integração econômica, descentralizar as decisões administrativas do Estado em relação às empresas. O plano, no entanto, mostrou-se como uma parceria de

caráter conservadora e não com investimentos concretos (SANTA CATARINA, 1982).

No governo de Pedro Ivo, Rumo à Nova Sociedade Catarinense, para vigorar entre os anos de 1987 a 1991, demonstra um caráter mais democrático com intuito de “Governar Juntos”, e trabalhou com ideia de planejamento participativo e com isso, também, a descentralização. Foi dividido em quatro setores principais: área político-institucional, área social, área econômica e área de infraestrutura ambiental, com diretrizes, diagnósticos e metas e sem previsão de gastos, o que pode ser chamado de uma carta de boas intenções dividida em quatro cadernos (SANTA CATARINA, 1987).

Na sequência, o plano SIM (saúde, instrução e moradia), elaborado no governo de Vilson Kleinubing, para os anos de 1991 a 1994, com intenções “para viver melhor em Santa Catarina”, propunha a “arrumação da casa” e “saneamento financeiro”, e para isso a estrutura organizacional do Estado foi reduzida. Nas metas bases o “pleno emprego” tinha como intenções a criação de oportunidades de trabalho para todos os catarinenses ressaltou como sendo um elo de importância decisiva para o modelo de desenvolvimento proposto. Para isso, a intenção do plano era um ritmo de crescimento de 6% ao ano. Metas para a dinamização do sistema produtivo, para o fortalecimento da infraestrutura e sociedade do bem-estar, também estavam em destaque (SANTA CATARINA, 1990).

O Plano Viva Santa Catarina foi elaborado no governo de Paulo Afonso (1995/1998), estava esquematizado em prioridades, programas, projetos, objetivos e resultados esperados (não trazia quantidades de valores que se pretendia investir), órgãos envolvidos e as fontes de recursos. Faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado no país, afirmando há sinais de exaustão, atrelando ao modelo, o desemprego, subemprego, êxodo rural, favelização, miséria e fome das regiões metropolitanas. Para amenizar essa situação o plano propõe investimento para a criação de novas oportunidades de trabalho e obtenção de renda. Ações como: viabilização de novos negócios e serviços, apoio a novos empreendedores, apoio à micro e pequenas empresas, utilização adequada do potencial do mar, incentivo ao desenvolvimento e implantação de novas tecnologias, são exemplos do objetivo para reduzir o desemprego e aumentar a geração de renda. Começa com o discurso de que o quadro que se encontrava no período era

desalentador, crianças carentes, à margem da sociedade e sem futuro, malnutridas, com desenvolvimento mental comprometido, abandono da escola para reforçar a renda familiar. Propõe ações governamentais, como esquemas de assistência integrada à infância, programa de valorização de menor carente, permanência de crianças na escola, prevenção à marginalidade. E a melhoria da qualidade do ensino público se daria através da readequação e atualização dos currículos, como por exemplo, acompanhar a preparação para o trabalho durante a juventude, sendo que esta é única alternativa viável para diminuir, no futuro, a enorme distância que nos separa tecnologicamente dos países mais desenvolvidos (SANTA CATARINA, 1994).

Esperidião Amin volta a ser governador em 1998, e desta vez trabalhou com o plano de governo Santa Catarina: Estado Vencedor. Nesse trazia a ótica da globalização, desenvolvimento autossustentado e a descentralização como apresentação das propostas e uma crítica ao governo anterior, onde afirmou que o estado catarinense voltaria a ser um bom exemplo. Foi elaborado, mais uma vez, através da realização de reuniões regionais e a visita nos 293 municípios do Estado durante a campanha, ressaltou claramente que o governo não desejava ser executor, mas sim parceiro, o que fez transparecer o caráter neoliberal (SANTA CATARINA, 1999).

Em 2003 assume Luís Henrique da Silveira, a proposta principal do plano, chamado de Plano 15, foi a descentralização, esta foi proposta no sentido conservador de gestão. As prioridades de governo foram o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e pesqueiro, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento urbano e habitação popular, educação, cultura, saúde, esporte, bem-estar social, saneamento básico e meio ambiente, modernização do estado e servidor público, organização de lazer e turismo, segurança pública, energia e transportes e obras. Foram estas as quinze propostas de melhorias, o plano não tem orçamentos previstos para gastos (SILVEIRA, 2002).

No ano de 2006, o governador Luís Henrique da Silveira estava concorrendo a seu segundo mandato e lançou um plano de campanha que se consolidou depois como continuidade de seu plano de governo e foi chamado de “Plano 15 – A Mudança Continua”. Esse plano foi estruturado com base na descentralização, no sentido em que essa descentralização seria a revolução que estaria

substituindo o governo concentrado, autoritário, personalista, imperial, discriminatório, distante, ausente e inacessível, por um governo descentralizado, democrático, participativo, próximo, presente, acessível e eficaz. Entre as propostas de melhoramento nas estruturas, ele não menciona ligação com o governo nacional. Com a análise das diretrizes desse plano pode-se concluir uma forte aliança com a iniciativa privada, que assim construiu-se em um pilar público-privado (SANTA CATARINA, 2006).

No ano de 2010, foi eleito o governador João Raimundo Colombo. Também com perfil conservador, trouxe como proposta inicial, na mensagem à Assembleia Legislativa, chamada “As Pessoas em Primeiro Lugar”, trazia intenções para projetos estruturantes para eliminar gargalos setoriais e sociais, que pudessem limitar o crescimento e desenvolvimento de setores econômicos do estado. Apesar do perfil conservador do novo governador, a mensagem surpreende com uma proposta de aproximação da ação estado, conforme Colombo e Moreira (2011, p.10):

O documento As Pessoas em Primeiro Lugar – Agenda para o Desenvolvimento Catarinense – 2011 a 2014 marca a proposta da aliança formada pelo DEM, PMDB, PSDB, PPS, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para o Governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira, com o objetivo de ampliar o poder de ação do Governo de Santa Catarina para a promoção de todo o potencial das vocações das pessoas e das regiões de nosso Estado.

Em 2012, para consolidar essa aproximação do poder do estado, foi criado o Pacto por Santa Catarina, através do Decreto n.º 1.064, de 17 de julho de 2012, onde foi composto por projetos de caráter estruturante e prioritário (SANTA CATARINA, 2011). O plano pretendia envolver áreas sociais e técnicas, no sentido de alavancar a competitividade da economia catarinense e modernizar, investir na infraestrutura e no desenvolvimento do Estado.

O Pacto por Santa Catarina, então, com perfil de plano de governo, possuía diretrizes orçamentárias e seu modelo passou a se aproximar do modelo do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Era possível acompanhar o andamento das obras pelo *site* do governo, assim como o que foi e o que ainda seria investido nas obras de infraestrutura e social. Cabe ressaltar que o Pacto foi

lançado em 2012 e, com a reeleição de Colombo, deu-se continuidade a ele em 2015, entrando em sua segunda vigência. No que se refere às propostas de 2015, o plano traz soluções para segurança pública, justiça e cidadania, defesa civil, educação, saúde, infraestrutura de transporte e desenvolvimento econômico.

3.3.1 Pacto por Santa Catarina (2012 – 2015)

Seguindo uma sequência de planos estaduais de governo desde 1955, o Pacto por Santa Catarina foi chamado de programa, mais uma vez corrigindo, o mesmo entra nas características de plano, devido sua complexidade. O Pacto reúne obras e aquisições com o intuito de atender às principais demandas da sociedade. Segundo o *site* do plano, a soma dos recursos captados chega em torno de R\$ 10,7 bilhões, considerado o maior pacote de investimentos da história do estado. No âmbito social, a proposta seria melhorar a qualidade da estrutura dos serviços oferecidos à sociedade nas áreas da Saúde, da Educação, da Segurança Pública e de Proteção Social. No econômico, a intenção seria aperfeiçoar e superar obstáculos que afetem competitividade da economia, para permitir a redução do custo agregado aos produtos em razão da infraestrutura disponível.

As fontes de financiamento do plano, advém dos recursos do Tesouro Estadual, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco do Brasil, da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), da CAF (Corporação Andina de Fomento) e de convênios federais. Esses recursos foram destinados para investimentos em obras e aquisições das áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Defesa Civil, Agricultura e Proteção Social.

O intuito inicial era de abranger os projetos em andamento em um único programa de gestão, para seguir a tendência do Brasil. Nesse sentido, foram definidas quatro áreas prioritárias, que seriam a recuperação de 1,2 mil quilômetros de estradas, a implantação de sistema de prevenção e mitigação de desastres na Bacia do Rio Itajaí, ações de prevenção à seca no Oeste e melhoria no sistema carcerário. No ano de 2013, por meio do Decreto n. ° 1.537, o plano que anteriormente era vinculado à casa Civil, passa a gestão para a Secretaria de Estado do Planejamento assumiu e constituiu o

Escritório de Projetos do PACTO (EPPACTO). O objetivo principal era analisar, orientar, acompanhar e avaliar a execução dos projetos do plano, incluindo procedimentos de contratação, aquisição e execução de serviços, equipamentos e obras, para isso foi formado um corpo onde foi constituído por servidores e empregados públicos das áreas de Administração, Contabilidade, Direito e Engenharia (SANTA CATARINA, 2017).

3.4 MOVIMENTO PENDULAR NOS PLANOS DE GOVERNO

Nesta sessão, após estudar Planos Nacionais, e a participação do Estado desde 1940 até 2015, excluindo o período da entrada neoliberal, analisar-se-á o comportamento das políticas econômicas elaboradas durante esse período e seus vieses ideológicos, a qual o autor Octávio Ianni chama de movimento pendular. Com isso pode-se afirmar que o “aparelho estatal” e sua participação nas atividades econômicas estão intimamente ligados com as flutuações do desenvolvimento econômico do Brasil. A base é o setor secundário, em supremacia do setor primário. O próprio contexto social e político do sistema passa para o Estado o papel decisivo nas oscilações da atividade estatal.

Para entender melhor, cabe ressaltar, que existem articulações que corroboram construções teóricas. Estas podem se dar por meio de partidos políticos, influências de corporações, agentes públicos e privados, movimento sociais, organizações sindicais. É por meio dessas chamadas “construções teóricas” que o governo, durante décadas, tem encontrado sustentação para pôr em prática suas epistemologias. Convém afirmar, que ao examinar as manifestações políticas de planejamento, nota-se que há períodos em que a atuação do governo tem momento que é de natureza assistencial, protetora, enquanto em outros períodos ele passa a orientar, incentivar, e acima de tudo, dinamizar as atividades produtivas. É dessa forma que o Estado responde com medidas de alcance variável, que se tornou uma presença constante em determinadas esferas da “vida econômica”. Desde que o Estado passou da dominação do setor primário para o setor secundário, os instrumentos e orientações de política econômica modificaram-se (IANNI, 1989). Como também, pode-se observar, diante da caracterização dos Planos Nacionais ocorrem tendências, as políticas econômicas oscilam entre militarismo, popular, nacionalistas, liberais (IANNI, 1986). Ou seja, os períodos de governo trabalham num movimento que transparece nesses planos e no seu conjunto de interesses. Com isso, o estudo busca a estruturação para entender o desenvolvimento e o resultado desse planejamento. Para Lewis, (1960, p.21) “à medida que o pendulo oscila, os poderes do Estado aumentam ou diminuem”.

Esse conjunto de interesses está subdividido para a classificação como: Popular-Nacionalista, Liberal, Nacionalista, Militar, Neoliberal e Social-desenvolvimentista. Popular-Nacionalista, no

sentido de o governo trabalhou diretrizes voltadas ao desenvolvimento para uma equidade social, como também para “o surgimento/fortalecimento do setor industrial, a expansão do setor terciário, a urbanização, os processos de divisão social do trabalho” [...] no sentido em que o governo se torna mais “explícito do universo sociocultural, político e econômico” (Ianni 1986, p.70) que se dá através da intervenção do Estado.

3.4.1 Movimento Pendular e os Planos de Governo Nacional

Abaixo no quadro 01, assim chamada de Planos Nacionais e o Retrato do Movimento Pendular, está resumidamente ilustrado para representar os principais contextos dos períodos, o movimento pendular e os planos nacionais de governo no Brasil, desde sua consecução até a atualidade, a intenção aqui, de elaboração própria baseada na análise dos planos, não é traçar uma divisão de períodos, mas sim continuidades que oscilam conforme maior ou menor intervenção estatal:

Quadro 1 - Planos Nacionais e o Retrato do Movimento Pendular

(continua)

| Período | Características | Governo | Planos nacionais |
|------------------|---|-------------------------------------|--|
| 1937-1945 | <ul style="list-style-type: none"> - Definiram as bases da industrialização; - Estado forte e intervencionista; - Conselho Federal de Comércio Exterior; - Reformulação da dependência estrutural; - Estabelecimento e reformulação das leis trabalhistas; | Desenvolvimentista-Popular-Nacional | Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional Plano de Obras e Equipamentos |
| 1946-1950 | <ul style="list-style-type: none"> - Metas nacionais: saúde alimentação, transporte, energia; - Utilização de recursos interno e externo; - Governo comprometido com diretrizes liberais; | Liberal | Plano SALTE |

(continuação)

| | | | |
|-------------------------|---|--|---|
| <p>1951-1954</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Investimento em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura; - Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); - Banco do Nordeste do Brasil (BNB); - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); - Petrobrás; - Eletrobrás; - Estado criando condições para expansão e diferenciação do sistema econômico. | <p>Desenvolvimentista - Popular- Nacional</p> | <p>Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional, que foi aplicado em paralelo ao Plano SALTE</p> |
| <p>1955-1960</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); - Criação de Brasília; - Busca de soluções audaciosas para problemas do capitalismo no país; - Criação da indústria de base; - Reformulação da interdependência do capitalismo mundial; - Operação Pan-América² | <p>Desenvolvimentista – Nacional (Internacionalização)</p> | <p>Plano de Metas</p> |

²Teria sido uma manobra política-diplomática destinada a redefinir as relações entre o Brasil e os países da América Latina, por um lado, e por outro, entre os Estados Unidos (IANNI, 1986)

(continuação)

| | | | |
|------------------|--|--|---|
| 1961-1964 | <ul style="list-style-type: none"> - Doutrinário baseado na concepção da CEPAL; - Predomínio da visão nacionalista (ainda que se admitisse capital estrangeiro); - Industrialização, modernização e intervencionismo Estatal. | Desenvolvimentista - Popular – Nacional | Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social |
| 1964-1984 | <ul style="list-style-type: none"> - Tripé: empresa Nacional, empresa de capital estrangeiro e um forte setor estatal; - Pacto militar autoritário com apoio dos empresários; - “Milagre econômico” (1968-1974), devido ao PIB (que chegou de 10 à 12%) | Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário | PAEG; Plano Decenal; PND I, II e III |
| 1985-1989 | <ul style="list-style-type: none"> - Declínio do poder militar e volta da democracia; - Constituição de 1988; - Estado de Direito com ênfase nos direitos políticos e sociais; - Alta inflação e forte endividamento externo. | Desenvolvimentista – Conservador | IPND da Nova República |

(conclusão)

| | | | |
|--------------------|--|-----------------------------|--|
| 1990 – 2003 | <ul style="list-style-type: none"> - Redefinição da agenda política; - Estabilização econômica e reformas estruturais; - Plano Real - Privatizações e abertura comercial; - Estancamento da economia (baixas taxas de crescimento, desemprego, queda da produção industrial); - Desnacionalização da economia. | Neoliberal | Sem planos de governo Intenções de campanha |
| 2004 – 2015 | <ul style="list-style-type: none"> - Rumos e prioridades à agenda pública; - Retomada do planejamento e intervenção do Estado; - Crescimento econômico; - Políticas públicas voltadas a redução da desigualdade social; - Alto investimento em infraestrutura. | Social – desenvolvimentista | Programa de Aceleração do Crescimento 1, 2 e 3 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se observar, no sistema político do Brasil, o papel do Estado se torna cada vez mais relevante e suas funções se tornaram cada vez mais complexas. Com adoção do planejamento, a política econômica governamental tornou-se mais incisiva. Contudo, há períodos que o Estado exerce menos influência, isso na panorâmica dos planos nacionais de governo. Na ótica da política governamental brasileira, desde a inserção dos modelos de planificação iniciados na década de 1940, mostra uma oscilação entre tendências. Aqui, por um lado pode-se chamar de estratégia de desenvolvimentista-popular-nacional, a qual tinha seus vieses voltados a um capitalismo nacional, para o progresso econômico e social. Esse período pode ser caracterizado como 1930-1945 com o

Estado Novo, é nítida a atuação do Estado para o crescimento econômico e as melhorias sociais, como também o período que engloba os anos de 1951 à 1954, onde foram criadas estatais e foi investido em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura.

No contexto dos anos de 1961-1964, o Plano Trienal que foi elaborado em 1962, elaborado por Celso Furtado, com influências cepalinas, um misto de política de estabilização e de retomada de crescimento apesar de não ser executado no período, algumas políticas de melhorias elaboradas neste contexto foram executadas nos anos seguintes. Esse capitalismo nacional implicaria na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos e possuía uma hegemonia possível, assim denominada por Ianni, nas relações com a América Latina e a África.

Uma segunda estratégia seria a de desenvolvimento que configuraria os períodos de 1946-1950, 1955-1960 e de 1964, demarcando aqui por autoria própria, até os anos 2000. O pressuposto era implícito e explícito ao progresso econômico e social, e nesse processo implicava no reconhecimento de conveniências e exigências de uma interdependência das nações capitalistas, acima de tudo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Apesar de os anos de 1990 não serem demarcados por Planos Nacionais de Governo, com a entrada do neoliberalismo, fortemente marcado pelas privatizações. Com a retomada do planejamento em 2007, na verdade, as iniciais foram em 2003 com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva com seus projetos sociais, e concretizado em forma de plano Nacional em 2007 com a reunião de todos esses projetos e programas de aceleração ao crescimento inicia-se uma nova fase, porém com o pêndulo voltado ao social-desenvolvimentismo com Estratégia de desenvolvimento Nacional. Dilma Rousseff assume em 2011 e dá continuidade ao caráter social-desenvolvimentista do governo anterior e que perdurou até o seu segundo mandato em 2015 e a continuidade do planejamento com a terceira versão do PAC (2015-2018).

3.4.2 Movimento Pendular e os Planos de Governo Catarinense

O quadro 02, chamado de Movimento Pendular em Santa Catarina, apresenta resumidamente os principais contextos dos planos estaduais. O quadro de elaboração própria está baseado na

análise dos planos em sua íntegra, o objetivo é entender como os investimentos estavam direcionados conforme cada bloco hegemônico dominante:

Quadro 2 - Movimento pendular em Santa Catarina

(Continua)

| Período | Características | Governo | Planos nacionais |
|------------------|--|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1955-1961 | <ul style="list-style-type: none"> - Investimento em: Estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, saúde e educação; - A porcentagem de investimentos está distribuída em 45% para as estradas de rodagem, 35% para energia elétrica, 10% Agricultura e 10% para saúde e educação. - Aumento 20% dos impostos sobre vendas e consignações para o prazo de 10 anos para custeio das obras; - Criação da SOTELCA; - O plano possui relatório de investimentos e obras em andamento e concluídas. | Liberal | Plano de Obras e Equipamentos - POE |
| 1961-1965 | <ul style="list-style-type: none"> - O Plano foi resultado do Seminário Socioeconômico promovido pela FIESC³ em colaboração com a CNI e CEPAL; - Marco do planejamento consolidado no Estado, com participação dos grandes industriais; - Inspirado no Plano de Metas de Juscelino; - Consolidação do crédito bancário a nível Nacional e Estadual para investimentos; | Desenvolvimentista – Nacional | PLAMEG I |

³Gourlati Filho (2016, p.177)

(continuação)

| | | | |
|------------------|---|--|---|
| 1966-1970 | <ul style="list-style-type: none"> - Continuação do plano anterior; - Os objetivos baseavam-se na promoção e expansão da economia e impulsionar o desenvolvimento social do Estado, - 62% das suas metas para expansão econômica, 17% para melhoria das condições sociais, 15% para valorização dos recursos humanos e 6% para melhorias no setor administrativo; | <p>Desenvolvimentista</p> <p>– Nacional –</p> <p>Autoritário</p> | <p>PLAMEG II;</p> |
| 1971-1974 | <ul style="list-style-type: none"> - Estava afinado com o Plano Nacional proposto por Médici; - Seguiu a mesma linha do PLAMEG I e II; - Propunha a integração regional; - Dos investimentos: 71,1% deveriam vir de fontes de terceiros e 28,9% dos recursos do tesouro; - Subdividido: 22,7% para agricultura, 21,9% para o desenvolvimento, expansão e modernização industrial, 21% transporte e 5,6% energia⁴; - Criação da TELESC. | <p>Desenvolvimentista</p> <p>– Nacional –</p> <p>Autoritário</p> | <p>PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento</p> |

⁴Gourlati Filho (2016, p.184)

(continuação)

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>1975 – 1978</p> | <p>- O plano não foi estruturado em programas; - Pautado basicamente em: Econômico e Social; - Utilização de recursos externos em torno de 200 milhões de dólares; - Criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC).</p> | <p>Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário</p> | <p>PG– Plano de Governo</p> |
| <p>1979 – 1982</p> | <p>- Linha mais liberal; - Divido em três programas: Campo Psicossocial, Campo Econômico e Organização Administrativa e Planejamento, - Não havia previsão de gastos</p> | <p>Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário</p> | <p>PA – Plano de Ação</p> |
| <p>1983- 1987</p> | <p>-Caráter liberal; - Função do Estado como servir os pequenos; - Dividido em: administrativo, o social, econômico e de infraestrutura; - Sem previsão de gastos.</p> | <p>Desenvolvimentista – Nacional – Autoritário</p> | <p>Carta aos Catarinenses</p> |
| <p>1987 – 1990</p> | <p>- Dividido em político-institucional, social, econômica e infraestrutura e ambiental; - Descentralização do governo, no sentido democrático; - Recuperação das finanças; - Sem diretrizes orçamentárias.</p> | <p>Neoliberal</p> | <p>Rumo à Nova Sociedade Catarinense</p> |

(continuação)

| | | | |
|----------------------------|--|------------|------------------------------------|
| 1991 - 1994 | <ul style="list-style-type: none"> - Redução do papel do Estado; - Metas: Saúde, Instrução e Moradia; - A base é o Pleno Emprego; - Com diretrizes orçamentárias divididas entre: saúde, educação, moradias populares, agricultura, indústria, turismo e cultura, infraestrutura, saneamento e segurança pública; | Neoliberal | Plano SIM |
| 1994 - 1998 | <ul style="list-style-type: none"> - O plano propõe investimento para a criação de novas oportunidades de trabalho e obtenção de renda. - Ações como: viabilização de novos negócios e serviços, apoio a novos empreendedores, apoio à micro e pequenas empresas; - Parcerias público-privada; - Não traz previsão de investimentos. | Neoliberal | Viva Santa Catarina |
| 1999- 2002 | <ul style="list-style-type: none"> - Focado na descentralização; - Governo como parceiro e não como executor; - Diretrizes: incluir, crescer, preservar, parceria e bom-exemplo; - Sem previsão de gastos; - Eixos principais: direitos humanos e cidadania, educação, saúde, trabalho e renda, agricultura, turismo, cultura e meio-ambiente segurança, habitação, infraestrutura e administração pública. | Neoliberal | Santa Catarina: Estado Vencedor |

(conclusão)

| | | | |
|--|--|-------------------------------------|-----------------------------|
| 2003 - 2006 | <ul style="list-style-type: none"> - Focado na descentralização e municipalização; - Estrutura no desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, turístico, ambiental e cultural; - Envolve eixos para investimento como: geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e pesqueiro, tecnológico, urbano e habitação popular, educação, cultura, saúde, segurança, energia. -Sem diretrizes orçamentárias previstas. | Neoliberal | Plano 15 |
| 2007- 2010 | <ul style="list-style-type: none"> - Continuidade do foco a descentralização e municipalização; - Desenvolvimento econômico sustentável e geração de novas oportunidades de trabalho e renda voltada as empresas; - No caráter social propõe políticas de inclusão social; - Assim como o anterior, também não possui diretrizes orçamentárias. | Neoliberal | Plano15: a Mudança Continua |
| 2011 - 2014 E 2015 | <ul style="list-style-type: none"> - Foco ainda na descentralização, porém agora com as pessoas em primeiro lugar; - Diretrizes orçamentárias; - Acompanhamento nos investimentos via <i>site</i> do governo; - Aproximação com o Governo Nacional; | Desenvolvimentista - Conservador | Pacto por Santa Catarina |

Fonte: Elaboração própria.

No que tange a composição hegemônica do estado catarinense, cabe ressaltar a predominância, nos planos de governo, de um conservadorismo. Como pode-se observar os anos 1955-1961, 1987 – 2010 há, em linhas gerais, a predominância do caráter liberal. Entre os anos da ditadura no país, assim como os outros estados, Santa Catarina teve seus governadores por indicação do governo nacional, e, nesse período, consta a predominância sim de um

desenvolvimentismo, contudo, com caráter nacional – autoritário. O último período, demarcado pelos anos de 2011-2015, pode-se caracterizar como desenvolvimentista – conservador.

O que traz o caráter desenvolvimentista deste plano é que ele alinha o plano de governo do estado com o plano nacional de governo, caracterizado anteriormente, como social-desenvolvimentista. O capítulo seguinte tem como objetivo explicar como se deu esse alinhamento com o governo federal e apresentar o plano nacional de governo o PAC, assim como o plano estadual de governo, o Pacto por Santa Catarina. Para assim entender de que forma um governo conservador conseguiu alinhar-se ao social-desenvolvimentismo de cunho nacional.

4 SANTA CATARINA E O DESENVOLVIMENTISMO CONSERVADOR

Santa Catarina tem, atualmente, sua economia diversificada, devido seu processo de formação e mecanismos governamentais que impulsionaram o seu desenvolvimento. No decorrer deste estudo, com base nos conceitos de desenvolvimento, papel do Estado e planejamento, ficou claro como se deu o movimento pendular, que, assim como um pêndulo, oscilou entre governos. Pode-se observar, diante desse movimento pendular de ideologias formadores de blocos hegemônicos, que há predominância de um conservadorismo. E, mesmo com essa formação de uma hegemonia, ora de oligarquias mais brancas ora mais esclarecidas, os planos estaduais foram de suma importância para a formação econômica do estado catarinense, assim como também, os investimentos federais. Mesmo com essa predominância, foram feitos investimentos em infraestrutura e social, de eximia importância para a consolidação do capital, assim como as estatais e os bancos de fomento.

Em 2010, pode-se afirmar que o estado de Santa Catarina inaugurou um novo padrão de crescimento e um alargamento do processo produtivo, diferente do período anterior, caracterizado por ser desarticulado politicamente e por um Estado que pouco influenciava no comando da acumulação. Para corroborar essa afirmação, far-se-á uma análise dos planos estaduais do recorte de 2007-2015, especialmente o plano Pacto por Santa Catarina, para entender como se deu o descolamento e o engajamento do estado catarinense com o governo federal.

Inicialmente o estudo vai permear o primeiro período 2007 a 2010 do Programa de Aceleração do crescimento e como o estado catarinense foi visto dentro deste plano. Em seguida analisar-se-á o segundo período de 2011 a 2014 e, por fim, o terceiro período, no caso, o ano de 2015. Esses recortes foram pensados por três mandados do governo federal, sendo que o último relatório abrange apenas o ano de 2015. O plano catarinense Pacto por Santa Catarina, como foi lançado em 2011, vai abranger apenas o segundo período. O primeiro período, ao qual o PAC foi lançado, Santa Catarina estava sob o plano de governo: Plano 15 a mudança continua, como o plano foi uma carta de intenções e estava deslocado do governo federal não há dados que satisfaçam essa análise mais a fundo. Seguindo a divisão do PAC, os subcapítulos apresentarão o primeiro período do PAC com os eixos logística, energética, social e urbana, o

segundo período com os eixos transportes, energia, cidade melhor, comunidade cidadã, minha casa, minha vida e por fim, água e luz para todos e o terceiro com os eixos: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana.

4.1 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2007-2010)

4.1.1 Logística

No setor de logística foi ampliado a infraestrutura existente, com o objetivo de aumentar o escoamento da produção agrícola, tanto para o consumo interno como para exportação para facilitar a integração com o Mercosul. Obras como a duplicação da BR-101, BR-282, BR-280, BR-470, BR-116 e portos de São Francisco do Sul, Itajaí foram dadas ênfase, como também, investimentos para reestruturação das ferrovias e aeroportos. Para demonstrar como se deu esses investimentos, foi elaborado uma tabela com o intuito de apresentar os investimentos previsto/concluído das obras e estão divididas entre aeroportos, ferrovias, marinha mercante, portos e rodovias. A tabela abaixo foi pensando para demonstrar os investimentos que estavam sendo direcionados ao estado catarinense no período de 2007-2010, nesses dados estão inclusos, de forma sucinta, ação preparatória, licitação, execução e obras concluídas (BRASIL, 2017b).

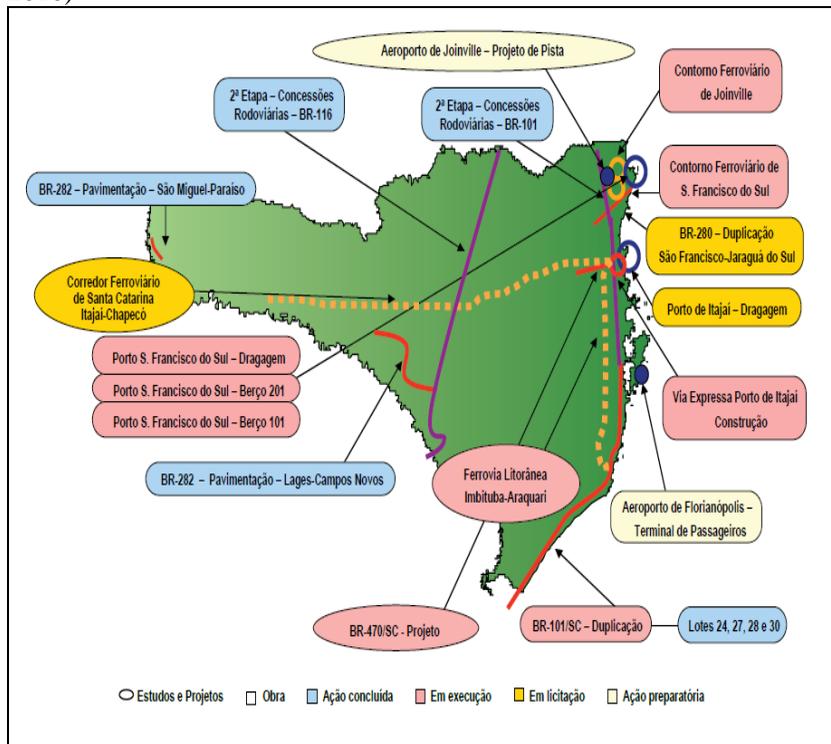
Tabela 1 - Investimentos no eixo logística no estado catarinense (2007-2010)

| Empreendimento | Investimentos 2007-2010 | Investimentos após 2010 |
|-------------------------|--|---|
| | (Em milhões de R\$) Realizado | (Em milhões de R\$) Previsto |
| Aeroporto | 2,0 | 318,7 |
| Ferrovia | 95,9 | 63,1 |
| Marinha Mercante | 2.311,5 | - |
| Porto | 160,4 | 67,8 |
| Rodovias | 1.901,5 | 2.026,8 |
| TOTAL | 4.471,30 | 2.476,4 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2007-2010)

Conforme a tabela acima, o maior volume de investimentos foi direcionado à marinha mercante, totalizando mais de 50% do total, em segundo lugar foram as rodovias com 43% e o restante dos distribuídos entre os empreendimentos das ferrovias, portos e aeroportos. No entanto, os investimentos previstos para a próxima etapa, após 2010, as rodovias aparecem com o maior volume, totalizando 81% do total, em segundo lugar os aeroportos com 13%, e os 6% restantes divididos entre ferrovias e portos, e a marinha mercante não aparece com investimentos futuro. A figura 2 abaixo demonstra como estão as obras até 2010, para contextualizar melhor os investimentos apresentados na tabela acima:

Figura 2 - Investimentos em logística no estado catarinense (2007-2010)



Fonte: Balanço 4 anos (2007-2010) Santa Catarina (BRASIL, 2017b).

Ao analisar a figura 2, pode-se observar que entre as obras que estão em estudos e projetos destaca-se o aeroporto de Joinville – projeto de pista, o aeroporto de Florianópolis – terminal de passageiros está em fase de obras, entre as ações concluídas estão: a 2ª etapa das concessões rodoviárias da BR-116 e BR-101, a pavimentação da BR-282 de dois trechos, São Miguel – Paraíso e Lages – Campos Novos e lotes 24,27,28 e 30. Em execução estão o porto de São Francisco do Sul, o contorno ferroviário, também de São Francisco, a ferrovia litorânea de Imbituba – Araquari (projeto), o projeto da BR-470, a duplicação da BR-101 (projeto), a via expressa do porto de Itajaí e o contorno ferroviário de Joinville. Esses dados estão dispostos no balanço de 4 anos do PAC (2007-2010) e foram dados continuidade no PAC2, conforme exposto a

seguir.

4.1.2 Energética

No setor energético os investimentos foram direcionados no intuito de garantir a segurança energética, como também, a modicidade tarifária para a região Sul, além de desenvolver e ampliar a produção de petróleo no Estado (BRASIL, 2017b).

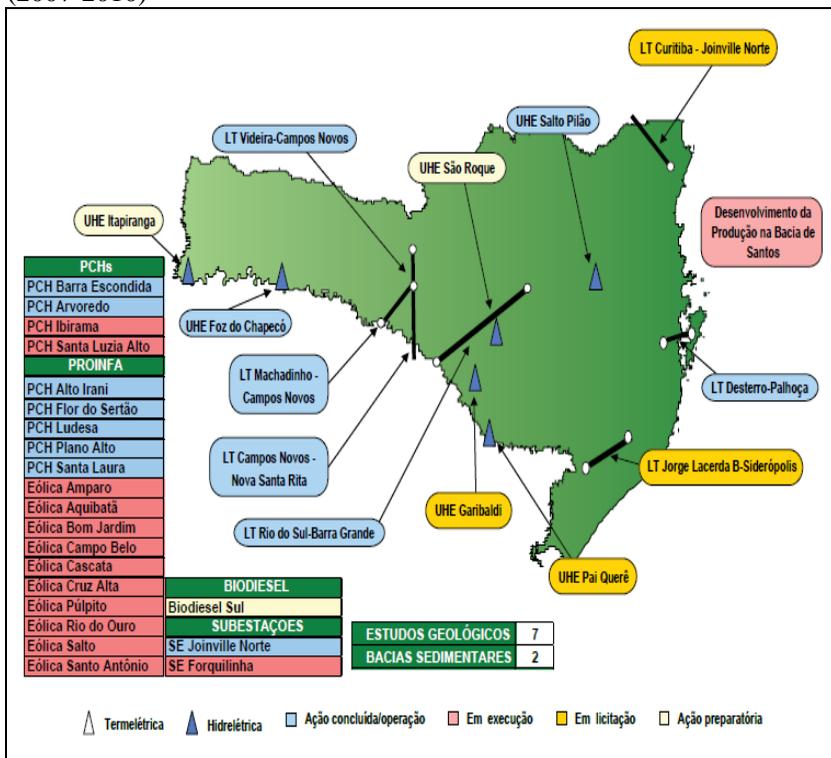
Tabela 2 - Investimentos no setor energético no estado catarinense (2007-2010)

| Empreendimento | Investimentos 2007-2010 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2010 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|--|---|
| Combustíveis Renováveis | - | 0,5 |
| Geração de Energia Elétrica | 2.059,6 | 1.498,6 |
| Petróleo e Gás Natural | 137,3 | 13.732,5 |
| Transmissão de Energia | 455,3 | 38,4 |
| TOTAL | 2.652,2 | 15.270 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2007-2010)

Como se pode observar, o maior volume de investimentos foi direcionado ao setor de geração de energia elétrica com o volume de 77%, em segundo lugar, o setor de transmissão de energia com 6% e, por último, petróleo e gás natural. O setor de combustíveis renováveis aparece apenas como investimento futuro, previsto após 2010. Nessa segunda etapa, após 2010, o maior volume está direcionado aos projetos de petróleo e gás natural com 90% do total, em segundo, geração de energia elétrica com 9% e o restante do total ficou dividido entre os setores de transmissão de energia e combustíveis renováveis. A figura 3, conforme abaixo, apresenta a subdivisão de investimentos no setor energético no estado catarinense entre os anos de 2007 a 2010:

Figura 3 - Investimentos no setor energético no estado catarinense (2007-2010)



Fonte: Balanço 4 anos (2007-2010) Santa Catarina (BRASIL, 2017)

Entre as ações concluídas e em operação, destacam-se as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Salto Pilão e Foz do Chapecó, as Linhas de Transmissão (LT) de Videira – Campos Novos, Machadinho – Campos Novos, Campos Novos – Nova Santa Rita, Rio do Sul – Barra Grande, Desterro – Palhoça. Em licitação estão as obras das usinas hidrelétricas de Garibaldi e Pai Querê e as linhas de transmissão Jorge Lacerda – Siderópolis e Curitiba – Joinville Norte. Obras que foram continuadas no PAC2.

4.1.3 Social e Urbana

No âmbito social e urbano, os programas que estavam em vigência era o Luz para todos, que realizou entre 2004 a 2010, em

média de quarenta mil projetos. No setor de saneamento o objetivo para os catarinenses era a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, e o projeto envolvia ações como despoluição das Baías Norte e Sul da Grande Florianópolis, despoluição das bacias dos rios Criciúma, Araranguá e Sangão, despoluição das bacias dos rios Fortaleza e do Garcia, Blumenau, Itajaí, Joinville, Tijucas, entre outros municípios, além da ampliação do sistema de abastecimento de água de Florianópolis e Joinville, recuperação ambiental das bacias dos rios Araranguá e Ribeirão da Murta, drenagem para controle de enchentes e prevenção de inundações em diversos municípios: Balneário Piçarras, Biguaçu, Concórdia, Criciúma, Itajaí, São João Batista, entre outros, como também, a urbanização e reassentamento de famílias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco: Florianópolis – Maciço do Morro da Cruz. Cabe ressaltar que os programas de habitação e Sistema Bancário de Poupança e Empréstimo estão dispostos dentro do “Social e Urbano”, para melhor visualização, está exposto um breve resumo, contudo, no relatório do plano os itens vêm discriminados por cidades e principais investimentos que serão aplicados após 2010 (BRASIL, 2017b). Segue na tabela 3 um sucinto mapeamento dos investimentos:

Tabela 3 - Investimentos no eixo social e Urbano no estado catarinense (2007-2010)

| Empreendimento | Investimentos 2007-2010 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2010 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|--|---|
| Luz para Todos | 65,9 | - |
| Recursos Hídricos | 73,6 | 41,7 |
| Habitação | 2.286,2 | - |
| Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo | 4.585,4 | - |
| TOTAL | 7.011,1 | 41,7 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2007-2010)

A tabela 3 demonstra que 65% do total dos investimentos para esse primeiro período do plano, 2007 – 2010, estão direcionadas ao sistema brasileiro de poupança e empréstimo, 32% para o setor de habitação e o restante divididos entre recursos hídricos e o programa luz para todos. Entre os investimentos previstos para pós 2010, aparece apenas o setor de recursos hídricos.

4.1.4 Demais Projetos

Entre os projetos entra em destaque, também, o eixo como Territórios da Cidadania que trabalhou com o combate à pobreza rural, a impulsão do desenvolvimento econômico das regiões mais necessitadas do estado para que todos tivessem acesso às políticas públicas, esta atuação era uma parceria entre o governo federal, o estado e os municípios com a participação da sociedade civil. Tal ação foi dada de maneira integrada incentivou as prefeituras dos 43 municípios que integram os dois Territórios da Cidadania do estado (Meio Oeste Contestado e Planalto Norte) a apresentarem a Comitê de Articulação Estadual (CAE) demandas consideradas prioritárias. O interessante é que para poder sistematizar as informações a Secretaria Executiva do CAE visitou os presidentes das Associações de Investiu, em média, R\$ 567,23 milhões em Santa Catarina desde 2008. Dentro do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), com a expansão da Rede Federal de Escolas Técnicas e a Expansão da Rede Federal de Ensino Superior, com a reestruturação, construção e investimentos nas unidades (BRASIL, 2017b). Cabe ressaltar que a Universidade Federal da Fronteira Sul, também fez parte desses investimentos.

4.2 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2011-2014)

4.2.1 Transportes

No setor de transportes foi dado continuidade do projeto anterior, neste caso os projetos do PAC1, com investimentos em aeroportos, ferrovias, marinha mercante, portos, rodovias e aquisição

de equipamentos para as estradas vicinais. Conforme apresenta a tabela 4:

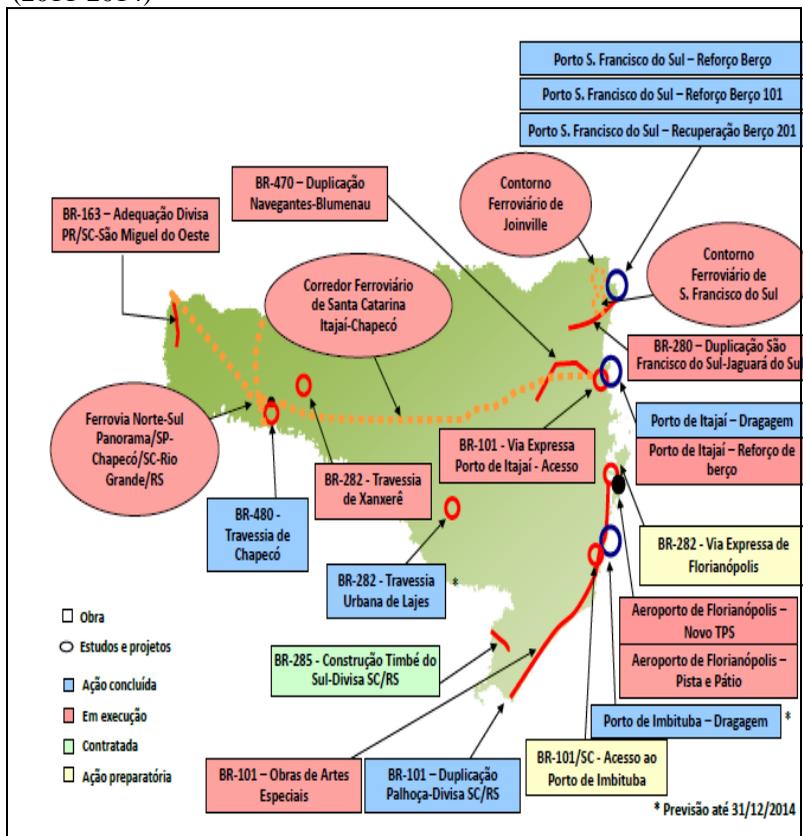
Tabela 4 - Investimentos no eixo de transporte no estado catarinense (2011-2014)

| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|--|---|
| Aeroporto | 179,26 | 238,58 |
| Equipamentos para estradas vicinais | 222,85 | - |
| Ferrovia | 93,90 | 10,10 |
| Marinha Mercante | 4.990,29 | - |
| Porto | 188,83 | 70,00 |
| Rodovias | 2.780,64 | 2.317,10 |
| TOTAL | 8.455,77 | 2.635,78 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

Os investimentos no eixo de transporte, comparado ao plano anterior PAC1, praticamente dobrou. O setor de marinha mercante, ainda, possui o maior volume totalizando 59%, as rodovias continuaram em segundo lugar com 32%, e os demais setores como aeroportos, portos, ferrovias e equipamentos para estradas vicinais dividiram os 8% restantes. Cabe ressaltar que os equipamentos para estradas vicinais aparecem como um novo setor para investimento, neste plano. Quanto aos investimentos futuros, as rodovias tomam destaque com 87%, em segundo os aeroportos com 9%, e o restante divididos entre os portos e ferrovias. A figura 4 demonstra os setores, dentro do eixo de transportes, que estão em estudo, obras, em execução, contratados e concluídos, conforme pode-se visualizar abaixo:

Figura 4 - Investimentos no eixo de transporte no estado catarinense (2011-2014)



Fonte: Balanço 4 anos (2011-2014) Santa Catarina (BRASIL, 2017c).

Ao analisar a figura 4 se tem uma noção melhor do direcionamento dos investimentos no eixo de transporte. Seguindo a mesma lógica do PAC1, nas ações concluídas destacam-se: reforço e recuperação – berço do porto de São Francisco do Sul, dragagem do porto de Itajaí e Imbituba, duplicação da BR-101 trecho Palhoça – Divisa SC/RS, travessia urbana de Lages BR-282, travessia de Chapecó BR-480. Obras em execução: aeroporto de Florianópolis (pista e pátio e novo TPS), BR-280 duplicação São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul, BR-470 duplicação Navegantes – Blumenau, BR-163 adequação da divisa PR/SC em São Miguel do Oeste, BR-282

Travessia de Xanxerê, BR-101 obras de artes especiais. Obras como: contorno ferroviário de São Francisco do Sul e Joinville, ferrovia Norte-Sul e corredor ferroviário Itajaí – Chapecó, são considerados projetos estudados em fase de execução. As que estão contratadas destaca-se BR-285 construção Timbé do Sul – Divisa SC/RS. E as ações preparatórias aparecem a BR-101 acesso ao porto de Imbituba e BR-282 via expressa de Florianópolis.

4.2.2 Energia

O eixo energia, pode-se considerar, também, como uma continuidade do PAC1, com investimentos distribuídos entre combustíveis renováveis, geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural. A tabela 5, conforme abaixo, os investimentos estão distribuídos por setor:

Tabela 5 - Investimentos no eixo energia no estado catarinense (2011-2014)

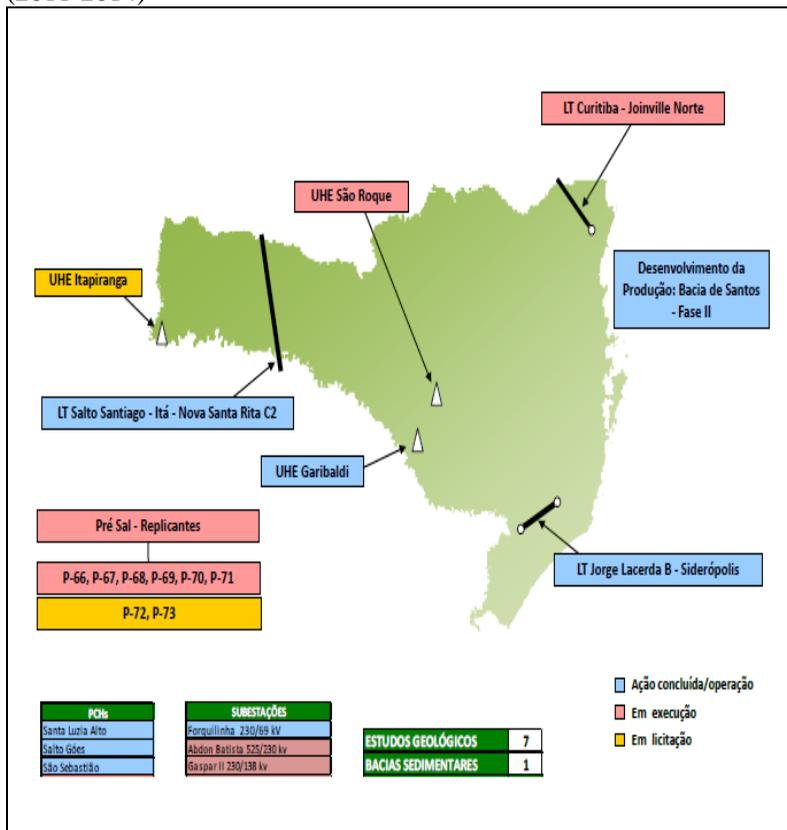
| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|--|---|
| Combustíveis Renováveis | - | - |
| Geração de Energia Elétrica | 1.297,56 | 383,84 |
| Petróleo e Gás Natural | 502,21 | 4.167,77 |
| Transmissão de Energia | 216,05 | - |
| TOTAL | 2.015,82 | 4.551,61 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

O eixo energia, comparado ao volume de investimentos do plano anterior, diminuiu a quantidade, e quanto a distribuição o setor de energia elétrica ainda é destaque com 64% do total, em seguida o petróleo e gás natural com 25% e o restante com a transmissão de

energia elétrica. Os combustíveis renováveis não tiveram previsão para investimentos. Quanto ao período pós 2014, o maior volume está no setor de petróleo e gás natural, atingindo 91% e os 9% restantes para o setor de geração de energia elétrica. A figura 5 demonstra o andamento e a localização das obras, as mesmas estão divididas em licitação, obras e ação concluída, como se pode observar abaixo:

Figura 5 - Investimentos no eixo energia no estado catarinense (2011-2014)



Fonte: Balanço 4 anos (2011-2014) Santa Catarina (BRASIL, 2017c).

Entre as obras com ação concluída e operação estão: a linha de transmissão Jorge Lacerda – Siderópolis, a usina Hidrelétrica de

Garibaldi, a linha de transmissão Itá – Nova Santa Rita. E as que estão em execução: pré sal – replicantes P-66, P-67, P-68, P-69, P-70 e P-71, a P-72 e P-73 encontram-se em licitação.

4.2.3 Cidade melhor

O eixo cidade melhor está dividido em saneamento, onde as obras estão direcionadas à expansão da coleta e tratamento de esgoto, ampliação de tratamento de resíduos sólidos, prevenção de áreas de risco com o controle de enchentes e inundações através de investimentos em drenagem e contenção de encostas, pavimentação com investimentos em regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, mobilidade urbana e manutenção e reestruturação de cidades históricas. A tabela 6 demonstra os investimentos direcionados a cada setor:

Tabela 6 - Investimentos no eixo cidade melhor no estado catarinense (2011-2014)

| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|--|---|
| Saneamento | 604,66 | 1.068,33 |
| Prevenção de Áreas de Risco | 318,42 | 698,21 |
| Pavimentação | 66,29 | 552,72 |
| Mobilidade Urbana | - | 731,66 |
| Cidades Históricas | 5,16 | 33,38 |
| Infraestrutura Turística | 7,15 | 64,35 |
| Cidades Digitais | - | 4,26 |
| TOTAL | 1.001,69 | 3.152,92 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

Nesse eixo, conforme a tabela 6, a área que se destaca com o maior volume de investimentos é o saneamento, com 60% do total, em seguida com 32% é a prevenção de áreas de risco e os outros 8% se dividem em pavimentação, cidades históricas e infraestrutura

turística. Após 2014 o volume de valores aumenta em 200% do previsto para 2011-2014, com destaque para o saneamento, mobilidade urbana, prevenção de áreas de risco e pavimentação.

4.2.4 Comunidade cidadã

O eixo comunidade cidadã visa a construção de UPAs para garantir o atendimento médico para urgências de baixa e média complexidade e assim reduzir a superlotação das emergências dos grandes hospitais, UBS com intuito de ampliar oferta da atenção básica e integral e criar uma infraestrutura de apoio às equipes de saúde da família, creches para crianças de 0 a 5 anos, quadras esportivas, centro de artes e esportes e centros de iniciação ao esporte. Na tabela 7 está distribuído os investimentos por setor do eixo, assim como, os investimentos planejados para após 2014:

Tabela 7 - Investimentos no eixo comunidade cidadã no estado catarinense (2011-2014)

| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|---|--|---|
| UBS – Unidade Básica de Saúde | 98,38 | 37,74 |
| UPA – Unidade de Pronto Atendimento | 15,43 | 7,38 |
| Creches e Pré-escolas | 88,90 | 95,95 |
| Quadras Esportivas nas Escolas | 42,82 | 65,55 |
| Centros de Artes e Esportes Unificados | 18,63 | 8,77 |
| Centro de Iniciação ao Esporte | 0,05 | 17,43 |
| TOTAL | 264,20 | 232,82 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

Do total do programa, 264,20 milhões, foi investido até dezembro de 2014, 37% dos recursos foram direcionados às unidades básicas de saúde, 33% para as creches e pré-escolas, 16% para as quadras esportivas nas escolas, e o restante dividido em unidade de pronto atendimento, centro de artes unificadas e centro de iniciação ao esporte. Já para os investimentos pós 2014 o total se divide em maior quantidade para as creches e pré-escolas com 41%, quadras esportivas nas escolas com 28%, unidades básicas de saúde com 16%, e o restante dividido entre os demais setores.

4.2.5 Minha casa, minha vida

O programa habitacional, Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, foi criado em 2009. Seu foco são as famílias de baixa renda e conta com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para a construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais. E, acontece em parceria com estados, municípios, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos, por meio de bancos públicos e privados, em especial, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil (SEPAC, 2016o). No relatório analisado, o programa apresenta os investimentos feitos desde 2011 no estado catarinense, como se pode observar na tabela 8.

Tabela 8 - Investimentos no eixo minha casa, minha vida no estado catarinense (2011-2014)

| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|---|--|---|
| Minha Casa, Minha Vida | 2.264,36 | - |
| Financiamento SPBE | 11.250,08 | - |
| Urbanização de Assentamentos Precários | 150,91 | 164,27 |
| TOTAL | 13.665,35 | 164,27 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

Conforme a tabela 8, no eixo Minha Casa, Minha Vida, o setor financiamento SPBE foi o que apresentou maior volume de investimentos, com 82% do total. O próprio programa ficou com 16% e os 2% dos recursos restante ficaram com o setor de urbanização e assentamentos precários.

4.2.6 Água e Luz para Todos

O eixo Água e Luz para Todos, tem como objetivo levar energia elétrica para quem vive no campo, em assentamentos de reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas. Como também, investir em obras de recursos hídricos como adutoras, construção de barragens e ampliação do abastecimento de água (BRASIL, 2017c). No estado, os investimentos estão expostos na tabela 9, conforme abaixo:

Tabela 9 - Investimentos no eixo água e luz para todos no estado catarinense (2011-2014)

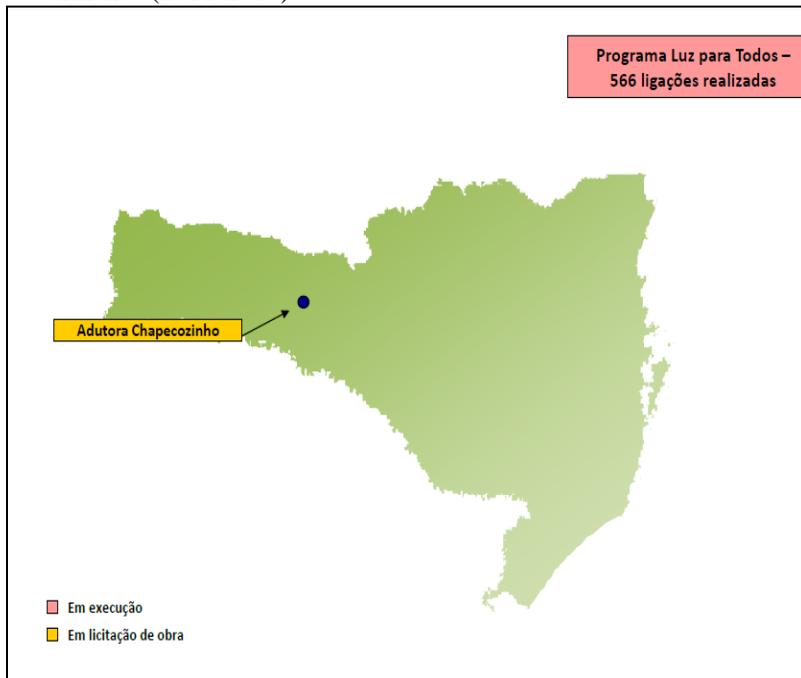
| Empreendimento | Investimentos 2011-2014 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2014 (Em milhões de R\$) Previsto |
|----------------------------------|--|---|
| Luz para Todos | 5,74 | - |
| Recursos Hídricos | 48,97 | 192,08 |
| Água em Áreas Urbanas | 79,60 | 384,15 |
| TOTAL | 134,31 | 576,23 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2011-2014)

O programa Água e Luz para Todos apresentou um montante inicial de 134,31 milhões de investimentos, sendo que 59% deste total foi direcionado para o setor de água em áreas urbanas, 36% para investimentos em recursos hídricos e 5% para o setor de luz para todos. Na projeção de investimentos pós 2014 o setor de água em áreas urbanas ainda aparece com o maior volume de recursos 66% e os 24% restantes para o setor de recursos hídricos. A figura 6 está

apresenta obras deste programa, com destaque para a adutora de Chapecozinho, obra que ainda estava em licitação:

Figura 6 - Investimentos no eixo água e luz para todos no estado catarinense (2011-2014)



Fonte: Balanço 4 anos (2011-2014) Santa Catarina (BRASIL, 2017c).

Conforme o relatório de 4 anos do PAC2 para o estado de Santa Catarina, do volume de 5,74 milhões para o setor de luz para todos, o montante de 566 ligações fora realizado que corresponde 4,2 milhões do total, sendo que ainda restavam 1,54 milhões a serem investidos.

4.3 SANTA CATARINA DENTRO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) (2015)

O PAC 2015 – 2018 foi lançado no segundo mandato do governo da presidenta Dilma, com intuito de dar continuidade ao

PAC2, os eixos estão divididos em: Infraestrutura Logística, Infraestrutura Energética e Infraestrutura Social e Urbana. A análise será baseada no relatório de balanço de um ano, no caso o de 2015, dos resultados e investimentos. As tabelas abaixo são, em sua maioria, formuladas a partir dos dados fornecidos e adaptadas conforme o recorte, assim como, algumas dela, que serão informadas em sua fonte, são cópias do próprio relatório.

4.3.1 Infraestrutura Logística

No eixo infraestrutura logística foi dada continuidade às obras dos planos anteriores (PAC1 e PAC2), nas rodovias com obras de construção, adequação, duplicação, manutenção e pavimentação, nas ferrovias com estudos e projetos Contorno Ferroviário de Joinville e Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul, nos portos com construção, ampliação e dragagem, no aeroportos com a construção de pistas, pátios e terminal de passageiros e por fim, na marinha mercante, a construção de estaleiros e financiamento para construção de 48 Embarcações (BRASIL, 2017d). Os investimentos estão subdivididos conforme a tabela 10:

Tabela 10 - Investimentos no eixo infraestrutura logística no estado catarinense (2015)

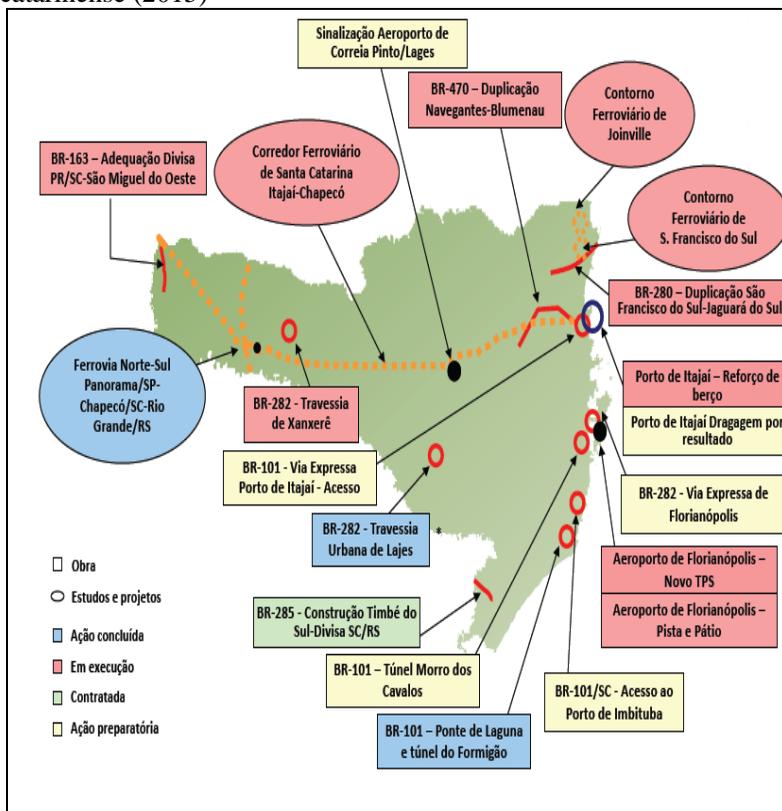
| Empreendimento | Investimentos 2015 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2018 (Em milhões de R\$) Previsto |
|-------------------------|---|---|
| Rodovias | 2.477,05 | 927,00 |
| Ferrovias | 14,45 | - |
| Portos | 168,53 | - |
| Aeroportos | 277,88 | - |
| Marinha Mercante | 5.695,65 | - |
| TOTAL | 8.633,56 | 927,00 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2015)

No programa de infraestrutura logística o total de R\$8.633,56 milhões foram investidos, desse total, 70% foi direcionado à marinha

mercante, 28% para as rodovias, e os 2% restantes ratificados entres os portos, aeroportos e ferrovias. A figura 7 apresenta as obras com ação preparativa, contratadas, em execução e os estudos e projetos, conforme abaixo:

Figura 7 - Investimentos no eixo infraestrutura logística no estado catarinense (2015)



Fonte: Balanço 1 ano (2015-2018) Santa Catarina (BRASIL, 2017d).

Conforme a figura 7, ao final do ano de 2015, obras como a ferrovia norte-sul (Panorama/SP – Chapecó/SC – Rio Grande/RS) estavam em projetos e estudos de ação concluída, o corredor ferroviário Itajaí – Chapecó e o contorno ferroviário de São Francisco do Sul e de Joinville encontravam-se em estudo e projetos em execução. As obras: BR-282 Travessia de Xanxerê, BR-280

duplicação de São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul, BR-470 duplicação Navegantes – Blumenau, BR-163 adequação da divisa SC/PR em São Miguel do oeste, o novo TPS, pista e pátio do aeroporto de Florianópolis e o reforço de berço do porto de Itajaí, estavam em execução. A construção da divisa em Timbé do Sul SC/RS estava contratada. E, BR-101 – túnel do Morro dos Cavalos, acesso ao porto de Imbituba, via expressa do porto de Itajaí, a BR-282 via expressa de Florianópolis, dragagem do porto de Itajaí e a sinalização do aeroporto de Pinto Correa de Lages, obras que se apresentavam em ação preparatória.

4.3.2 Infraestrutura Energética

Assim como na infraestrutura logística, a infraestrutura energética, também teve seus projetos dos planos anteriores (PAC1 e PAC2) dados continuidade. No setor de geração investimentos em pequenas centrais hidrelétricas e as obras na Usina de São Roque, no que tange a transmissão a conclusão das SE 230/138 kV Gaspar II e SE 525/230 kV Abdon Batista, e o setor de petróleo e gás natural com as obras de campos plataformas: Pré-Sal - Replicante 1 -P-66 , Pré-Sal - Replicante 1 -P-67, Pré-Sal - Replicante 1 -P-68, Pré-Sal - Replicante 1 -P-69, Pré-Sal - Replicante 1 -P-70 e Pré-Sal - Replicante 1 -P-66 (BRASIL, 2017d). Os valores dos investimentos estão distribuídos conforme a tabela 11:

Tabela 11 - Investimentos no eixo infraestrutura energética no estado catarinense (2015)

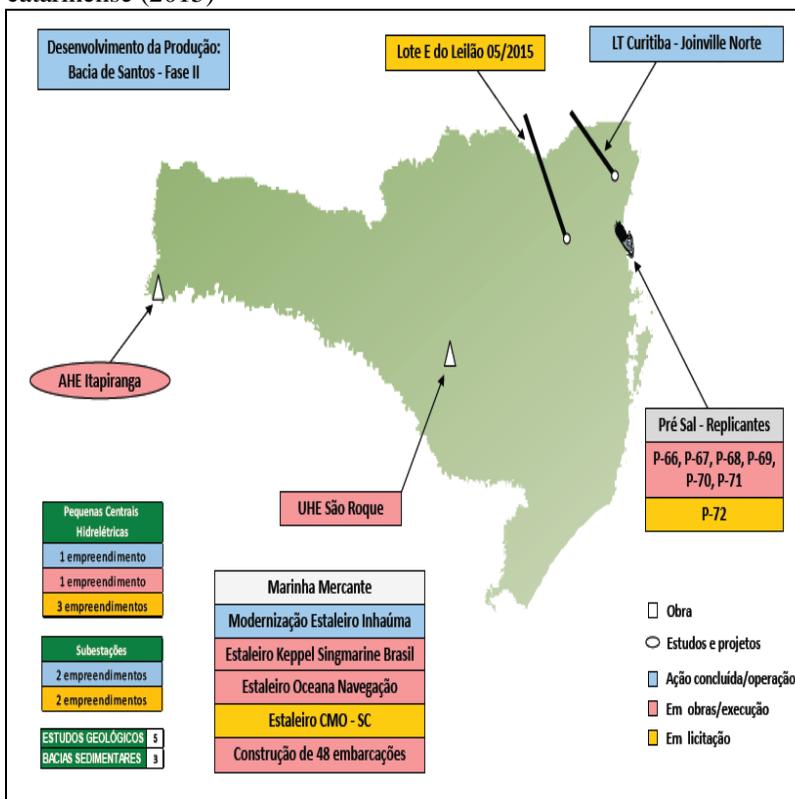
| Empreendimento | Investimentos 2015 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2018 (Em milhões de R\$) Previsto |
|--|---|---|
| Geração de Energia Elétrica | 866,55 | - |
| Transmissão de Energia Elétrica | 2,00 | - |
| Petróleo e Gás Natural | 1.050,04 | 868,63 |
| TOTAL | 1.918,60 | 868,63 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina

(2015)

No programa de infraestrutura energética, do total de R\$ 1.918,60 milhões investidos até dezembro de 2015, 54% foram destinados ao setor de petróleo e gás natural, 45% ao setor de geração de energia elétrica e o restante, considerando menos de 1%, ao setor de transmissão de energia elétrica. Na figura 8 estão apresentadas as regiões das obras, assim como, o andamento delas, conforme abaixo:

Figura 8 - Investimentos no eixo infraestrutura energética no estado catarinense (2015)



Fonte: Balanço 1 ano (2015-2018) Santa Catarina (BRASIL, 2017d).

No eixo infraestrutura energética, pode-se observar, conforme a figura 8, que a usina hidrelétrica de Itapiranga está em fase de

estudo e projetos em execução, a usina hidrelétrica de São Roque encontra-se em obras, as P-66, P-67, P-68, P-69, P-70 e P-71 estão, também, em obras, a linha de transmissão de Curitiba à Joinville Norte está concluída, e a P-72 está em fase de licitação.

4.3.3 Social e Urbano

Neste eixo, o lançamento em 2015, veio de forma diferente, englobou eixos que realmente estavam voltados ao social e urbano dos eixos anteriores. Para entender melhor, o item equipamentos sociais engloba: as UBS – Unidade Básica de Saúde, UPA – Unidade de Pronto Atendimento, Creches e Pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, centro de artes e esportes unificados e os centros de iniciação ao esporte. O relatório também englobou investimentos feitos desde 2007 até 2015 para satisfazer o recorte da pesquisa, conforme a tabela 12:

Tabela 12 - Investimentos no eixo infraestrutura social e urbana no estado catarinense (2007-2015)

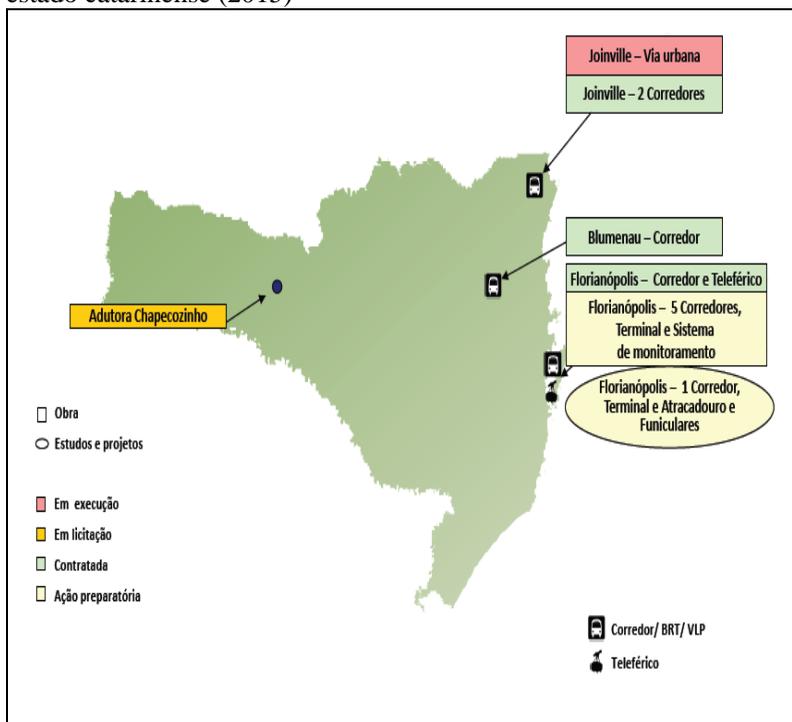
| Empreendimento | Investimentos 2007-2015 (Em milhões de R\$) Realizado | Investimentos após 2018 (Em milhões de R\$) Previsto |
|---|--|---|
| Financiamento SPBE | 1.591,10 | - |
| Urbanização de Assentamentos Precários | 43,07 | 85,87 |
| Mobilidade Urbana | 309,37 | 465,40 |
| Saneamento | 559,29 | 1.121,79 |
| Prevenção de Área de Risco | 491,60 | 303,29 |
| Pavimentação | 312,04 | 197,25 |
| Cidades Históricas | 11,44 | 26,69 |
| Infraestrutura Turística | 78,18 | 32,27 |
| Cidades Digitais | 4,26 | - |
| Recursos Hídricos | 102,20 | 104,14 |
| Equipamentos | 137,39 | 135,41 |

| Sociais | | |
|----------------|-----------------|-----------------|
| TOTAL | 3.639,94 | 2.472,10 |

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório PAC – Santa Catarina (2015)

No eixo de infraestrutura social, o volume maior de investimentos foi destinado ao financiamento SPBE totalizando 43% , em seguida, o setor de saneamento com 15% e em terceiro o setor de prevenção de áreas de risco 13%, mobilidade urbana e pavimentação ficaram em quarto lugar. Para as previsões de investimentos futuros o setor de saneamento toma destaque com 45% dos investimentos e em segundo lugar a mobilidade urbana 18%, o setor de prevenção de áreas de risco em terceiro com 12%, e o restante divididos em urbanização de assentamentos precários, pavimentação, cidades históricas, infraestrutura turística, recursos hídricos e equipamentos sociais. A figura 9 apresenta as cidades beneficiadas com o eixo e o andamento das obras, conforme abaixo:

Figura 9 - Investimentos no eixo infraestrutura social e urbana no estado catarinense (2015)



Fonte: Balanço 1 ano (2015-2018) Santa Catarina (BRASIL, 2017d).

Conforme exposto na figura 9, a adutora de Chapecozinho encontra-se em fase de licitação, a via urbana de Joinville em execução, as obras: corredor de Joinville e Blumenau e o corredor e teleférico de Florianópolis estão contratadas. Já as obras 5 corredores, terminal e sistema de monitoramento da capital estão em ação preparatória, e 1 corredor, terminal e atracadouro e funiculares estão na fase de estudos e projetos com ação preparatória.

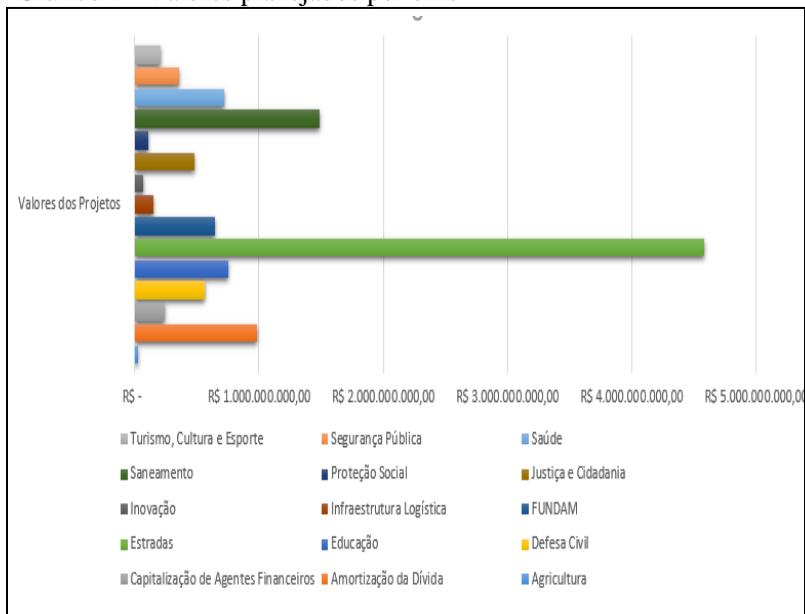
Assim encerrada a análise das obras do plano nacional de governo (PAC) no estado catarinense, abaixo será sucintamente exposta a análise do plano estadual de governo, o Pacto por Santa Catarina.

4.4 OBRAS DO PACTO POR SANTA CATARINA (2011-2015)

O Plano de governo catarinense, Pacto por Santa Catarina, está dividido em quinze eixos que correspondem a uma subdivisão: Agricultura, Amortização da Dívida, Capitalização de Agentes Financeiros, Defesa Civil, Educação, Estradas, FUNDAM, Infraestrutura Logística, Inovação, Justiça e Cidadania, Proteção Social, Saneamento, Saúde, Segurança Pública e Turismo, Cultura e Esporte. Os eixos foram subdivididos para atender as principais demandas da sociedade, a soma de investimentos chega em torno de R\$ 10 bilhões, sendo o maior pacote de investimentos da história do estado.

Assim como o PAC, o Pacto tem como objetivo resolver os gargalos socioeconômicos, para isso o governo, através do plano, investiu em reforma e construção de escolas, policlínicas, revitalização de rodovias, prevenção de enchentes, competitividade no setor portuário. O plano será apresentado por eixos principais, discriminados valores por Planejado, Contratado, Executado e Pago, que incluem obras concluídas, em andamento e a iniciar. O intuito é entender para onde o financiamento está direcionado e como essas obras foram planejadas e executadas (SANTA CATARINA, 2017b). Abaixo no gráfico 1 segue os valores destinados por eixo:

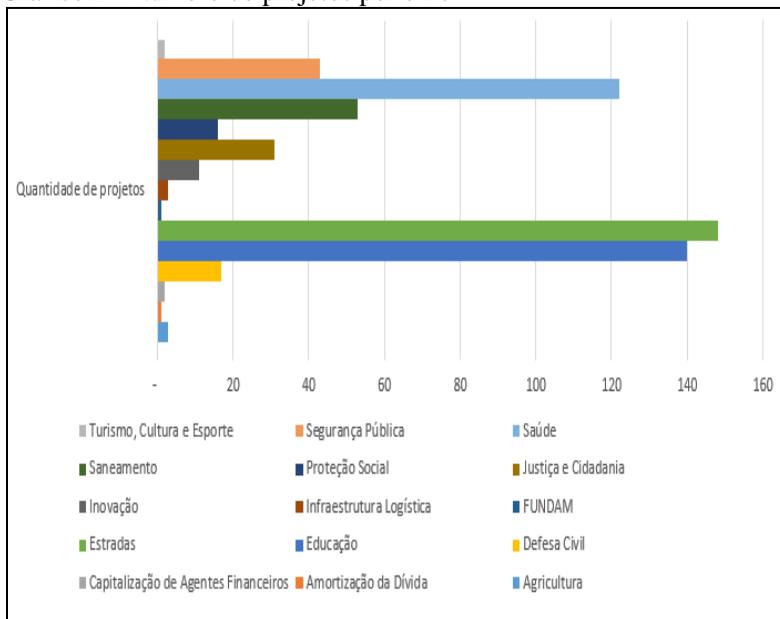
Gráfico 1 - Valores planejados por eixo



Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

No gráfico 2 está representada o número de projetos por área:

Gráfico 2 - Número de projetos por eixo



Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Os eixos apresentados acima foram divididos por autoria própria em três grandes áreas: Logística ao qual vai abranger o eixo Infraestrutura logística, eixo Estradas e Defesa Civil, Econômico que engloba o eixo Agricultura e Inovação e Social que incorpora os eixos Educação, proteção Social, Justiça e Cidadania, Saneamento, Saúde, Segurança Pública e Turismo, Cultura e Esporte.

4.4.1 Logística

- **Infraestrutura Logística:** entre os destaques do eixo estão a pavimentação de estradas, ciclovias, calçadas, faixas de pedestres, revitalização de portos com vistas ao fortalecimento do fluxo de importações e exportações, terminais e pontes, como também investimentos em aeroportos regionais e a readequação da logística para facilitar o escoamento da produção industrial e agrícola. A tabela 13 apresenta a distribuição de valores para o setor:

Tabela 13 - Distribuição de valores no eixo infraestrutura logística

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------|
| 147.133.614,1 | 113.963.486,6 | 55.016.353,0 | 49.747.581,6 |
| 4 | 3 | 5 | 3 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Conforme a tabela 13, sobre a distribuição de valores no eixo de infraestrutura logística, pode-se observar que 77% do total planejado foi contratado, desse percentual de valores contratados 48% já foi executado e 43% foi pago.

- Estradas: no setor Estradas, os investimentos foram pensados e destinados à pavimentação, reabilitação, construção de acessos, pontes e contornos. Tabela 14 demonstra os valores:

Tabela 14 - Distribuição de valores no eixo estradas

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------|
| 562.407.707,08 | 160.456.649,93 | 131.913.247,07 | 125.613.449,67 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

No setor de estradas, do total planejado, apenas 28% foi contratado. Do total contratado 82% já foi executado e 78% já foi pago.

- Defesa Civil: no eixo Defesa Civil, obras como sobre-elevação de barragem e aquisição de radar meteorológico foram os principais investimentos. A tabela 14 apresenta os valores:

Tabela 15 - Distribuição de valores no eixo defesa civil

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------|
| 562.407.707,08 | 160.456.649,93 | 131.913.247,07 | 125.613.449,67 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

No setor de defesa civil, apenas 28% do total foi contratado, entretanto, 82% já foi executado e 78% já foi pago.

4.1.2 Econômico

- Agricultura: no eixo agricultura, ações como aquisição de distribuidores de adubo orgânico líquido, programa água para o campo com a construção de cisternas e sistema integrado de abastecimento de água, estão de destaque como as principais ações. Segue abaixo representado na tabela 16, o que foi planejado, investido e pago no setor:

Tabela16 - Distribuição de valores no eixo agricultura

| Planejado (R\$) | Contratado | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | (R\$) | | |
| 22.904.816,68 | 22.618.170,34 | 10.101.560,78 | 9.886.924,64 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

No eixo agricultura, 99% do que foi planejado, foi contratado. Desse total de valores contratados, 45% já foi executado e 44% foi pago.

- Inovação: os valores destinados a esse setor são para implantação de centros de inovação, aos quais tem o objetivo de promover apoio à inovação e ao empreendedorismo. Para isso busca-se beneficiar empreendedores, pesquisadores, estudantes docentes, núcleos de inovação tecnológica e comunidades. A distribuição de valores está disposta na tabela 17, conforme abaixo:

Tabela 17 - Distribuição de valores no eixo inovação

| Planejado (R\$) | Contratado | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | (R\$) | | |
| 71.320.396,92 | 50.297.357,50 | 24.908.815,87 | 24.908.815,87 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Dos valores planejados ao eixo inovação, 70% já foi contratado, 49% do total contratado, foi executado e pago.

Ainda no setor econômico se encaixa, o eixo amortização da dívida, a qual está a quitação do contrato BNDS/CELESC no valor

de R\$ 979.662.621,51 e o eixo capitalização de agentes financeiros, onde foi injetado R\$240.000.000,00 divididos em 200.000.000,00 para o aumento do capital social do BRDE para fomento da indústria automobilista em Santa Catarina e R\$ 40.000.000,00 para a capitalização do BADESC, com o intuito fortalecer sua estrutura de capital aumentando a capacidade de atendimento aos municípios catarinenses e a alavancagem de operações de crédito junto ao setor privado. Segundo os dados do Pacto, esses valores atingiram as quatro etapas: Planejado, Contratado, Executado e Pago (SANTA CATARINA, 2017c).

4.4.3 Social

- Educação: ações como reformas, construção e ampliação de escolas, estão como base de investimento do eixo. Nesse sentido, foram executados projetos como: pedagógico, de estrutura e gestão. Para isso o programa tem o intuito de investir em aperfeiçoamento pedagógico aos professores, construção de trinta novas escolas e oito centros profissionalizantes (CEDUPs), e o total de 52 quadras esportivas. A tabela 18 aponta os valores investido nesta área:

Tabela 18 - Distribuição de valores no eixo educação

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------------|
| 754.853.328,36 | 616.243.233,24 | 569.115.500,64 | 554.500.493,71 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Do total de valores planejados para o eixo educação, 82% foi contratado, do total contratado, 92% já foi executado e 90% pago.

- Justiça e Cidadania: no que se refere à justiça e cidadania obras como construção de cadeia pública, unidade carcerária, presídio, centro de atendimento socioeducativo, ala de segurança máxima, ampliação de penitenciária e aquisição de veículos para presos e servidores, foram as áreas de concentração dos investimentos. A tabela 19 apresenta o volume de investimento no setor:

Tabela 19 - Distribuição de valores no eixo justiça e cidadania

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|-----------------------|---------------------|-----------------|----------------|
| 479.516.549,47 | 293.556.835,05 | 256.738.030,04 | 255.692.866,60 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Para o planejado no eixo de justiça e cidadania, apenas 61% foi contratado, 87% já foi executado e pago.

- **Proteção Social:** Construção de Centros Regionais de Trabalho, Emprego e Renda formarão uma rede integrada de atendimento aos trabalhadores/empregadores para a oferta de serviços de intermediação de mão de obra, seguro-desemprego, cursos de qualificação, orientação profissional e expansão do microcrédito para novos empreendedores. Construção de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) que prestam serviços de orientação e apoio às famílias com direitos violados: população de rua, crianças e adolescentes em medidas socioeducativas, submetidas ao trabalho infantil, vítimas de violência (sexual, física, psicológica e maus tratos), idosos, mulheres e pessoas com deficiência e CRAS onde é a porta de entrada das famílias para a inclusão social. Esses locais são o acesso de serviços como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC – para idosos e pessoas com deficiência) e benefícios eventuais (auxílios natalidade, funeral e calamidade pública). Aquisição de 344 veículos para assistência ao CRAS, CREAS, SINE. A implantação de Banco de Alimentos para as unidades recebe alimentos de doações de indústrias, supermercados (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano) e de compras da agricultura familiar realizadas por meio do PAA e PNAE. Após serem doados são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais. Além da Construção de 1.500 moradias e reformas pelo programa Meu Cantinho nas casas recém-regularizadas pelo plano estadual de regularização fundiária chamado Lar Legal. O investimento previsto é de R\$ 7,5 milhões do governo

estadual para 400 casas em área urbana e 1.100 em área rural. A tabela 20, abaixo, dispõe os valores investidos:

Tabela 20 - Distribuição de valores no eixo proteção social

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|
| 112.536.654,31 | 69.683.697,98 | 64.715.308,73 | 64.535.842,76 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

No eixo proteção social, conforme a tabela 20, 62% do total planejado, foi contratado. E desse total contratada, 93% já foi executado e pago.

- Saneamento: a ampliação de centros de tratamento de água e esgoto e construção de barragens foram os setores que receberam o maior volume de investimentos, conforme apresenta a tabela 21.

Tabela 21 - Distribuição de valores no eixo saneamento

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|-------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------|
| 1.485.354.437,13 | 1.516.936.688,38 | 553.822.434,21 | 553.822.435,21 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Com relação a tabela 21, diferente das demais, o valor planejado ficou abaixo do valor contratado, o seja, o valor contratado ficou 2% acima do estimado. Do valor contratado 36% já foram executados e pago.

- Saúde: na Saúde ações como reformas, readequação e ampliação de hospitais, maternidades e unidades de pronto atendimento foram as que receberam maior atenção do plano. Abaixo, na tabela 22, estão dispostos os valores distribuídos no eixo:

Tabela 22 - Distribuição de valores no eixo saúde

| Planejado (R\$) | Contratado | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | (R\$) | | |
| 722.754.901,62 | 351.107.026,21 | 257.656.905,97 | 255.028.264,75 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Na área da saúde, do total que foi planejado, apenas 48% foi contratado. Do montante contratado 73% já foi executado e 72% quitado.

- **Segurança Pública:** no programa segurança pública foram construídos: complexos administrativos, quartéis, corpo de bombeiros, complexo da SSP (Delegacia de Polícia, DETRAN e IGP) e instaladas de câmeras de vigilância em algumas cidades. A tabela 23 demonstra os valores investidos na área:

Tabela 23 - Distribuição de valores no eixo segurança pública

| Planejado (R\$) | Contratado | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| | (R\$) | | |
| 356.381.862,11 | 279.820.108,56 | 265.448.963,96 | 265.384.079,40 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

Os valores que tangem a segurança pública, do total planejado para este setor, 78% foi contratado. E dos valores contratados 95% já foi executado e pago.

- **Turismo, Cultura e Esporte:** no que se refere turismo, cultura e esporte, até então, os valores destinados foram exclusivamente para a construção de centro de eventos. A tabela 24 apresenta a distribuição dos valores no eixo:

Tabela 24 - Distribuição de valores no eixo turismo, cultura e esporte.

| Planejado (R\$) | Contratado (R\$) | Executado (R\$) | Pago (R\$) |
|------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------|
| 207.131.043,82 | 185.866.003,22 | 129.519.682,66 | 121.574.371,43 |

Fonte: Adaptado pela autora (SANTA CATARINA, 2017c)

E por fim, da distribuição de valores para o eixo turismo, cultura e esporte 90% do orçamento planejado foi pago. Do total de valores contratados 69% já foi executado e 65% já foi pago.

4.4.4 FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios)

O FUNDAM foi instituído pela Lei nº 16.037, de 24 de Junho de 2013, com o intuito de promover o desenvolvimento dos municípios catarinenses e está vinculado à Secretaria do Estado da Fazenda. Os recursos advêm do BNDES diante do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interno, onde os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro constituem receita, devendo ser aplicados em seus objetivos. Este fundo deve ser apresentado relatórios mensais de desempenho, constando os Municípios contemplados com as verbas e seus projetos, valores despendidos e saldo atualizado do Fundo, a serem apresentados ao Chefe do Poder Executivo, no Portal Transparência do Governo do Estado. Os recursos devem ser direcionados a eixos como infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana; construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social; construção de centros integrados nas áreas de esporte e lazer; saneamento básico; aquisição de equipamentos e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação públicas; e máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados no território nacional, destinados às atividades operacionais do Poder Executivo municipal (SANTA CATARINA, 2017d).

O Fundo destinou às 295 prefeituras em torno de R\$ 622 milhões realizarem investimentos em áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico. A questão do critério de distribuição dos recursos está pautada no número de habitantes de cada cidade. Para isso as prefeituras interessadas têm que apresentar até dois projetos de investimento, aos quais são analisados pela

equipe técnica do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), depois, contratada pelo Governo do Estado como agente do Fundam. E essas propostas são acompanhadas em tempo real pela internet (SANTA CATARINA, 2017a).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo com base no desenvolvimento, papel do Estado e o planejamento e após analisar no contexto dos planos nacionais, ficou claro como se deu o movimento pendular, que assim como um pêndulo, oscilou para governos de caráter nacionalista, militar-ditatorial, neoliberal, social-desenvolvimentista. Assim como no âmbito nacional o estado de Santa Catarina também teve seu pêndulo oscilando. A intenção foi buscar entender como os planos catarinenses entre 2007 e 2015 se comportaram perante ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o que se pode notar foi que em Santa Catarina, após a recomposição política em 2010, pode-se afirmar que o Estado inaugurou um novo padrão de crescimento e um alargamento do processo produtivo, diferente do período anterior que foi caracterizado por ser desarticulado politicamente e o Estado pouco influenciava no comando da acumulação.

Essa análise do movimento pendular, comparado ao Nacional, deixa claro como os governos catarinenses se posicionavam e como isso influenciou na acumulação, processo produtivo e desenvolvimento socioeconômico do Estado e a predominância de um conservadorismo. Contudo, após encerrar a análise do estudo do movimento pendular Nacional-Estadual, presume-se que 2015 o processo de retomada de planejamento e o período social-desenvolvimentista que levou mais de uma década para se consolidar, encerrou seu período. E o país entra numa nova fase, que a princípio, volta ao caráter conservador e neoliberal da década de 1990. Quanto a Santa Catarina, ainda não se pode concluir presumidamente os próximos anos, mas com o regresso nacional do planejamento, acredita-se que o pêndulo em Santa Catarina acompanhará o Nacional, desestruturando a recomposição política do Estado.

Ao comparar o Plano 15 a mudança continua, que foi proposto para o período de governo de 2007 a 2010 com o Plano Nacional de governo - O PAC – percebe-se um distanciamento pois, como já foi descrito anteriormente, o PAC é um plano social-desenvolvimentista com enfoque na infraestrutura e políticas públicas. No período de governo de Santa Catarina que vai de 2003 a 2010 o governo de Luiz Henrique é um governo fortemente direcionado à descentralização e de caráter liberal e mantém esse viés nos seus dois mandatos.

Contudo, quanto ao Pacto por Santa Catarina, pode-se observar que na mensagem anual para a Assembleia Legislativa em 2011 o governador João Raimundo Colombo propõe um plano de governo ainda com foco na descentralização, no entanto, ele traz um modelo chamado de “Gestão Aberta”. Percebe-se, inicialmente, no seu discurso, um interesse na proximidade com o governo nacional, onde ele propõe para que: “juntos, iniciarmos um novo capítulo na pujante história de desenvolvimento social, econômico e político de nosso estado”. Coloca o planejamento de governo como ferramenta importante para desenvolvimento e crescimento do Estado.

Conforme o discurso do Governador Raimundo Colombo, disposto na Agenda de Governo 2015-2018 (2014, p.2):

A partir de meados de 2012, o Governo iniciou diversas negociações para a obtenção de recursos que permitissem os investimentos necessários para atender a demanda da sociedade. Aos poucos, e por conta do bom desempenho anterior do Estado, foram realizados entendimentos com o Governo Federal que permitiram o fechamento de dois contratos com o BNDES e dois com o Banco do Brasil, além de um contrato específico para rodovias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Com esses avanços, Santa Catarina foi o único estado a reestruturar o perfil da sua dívida pública. Ao mesmo tempo, outros acordos para transferências voluntárias do Governo Federal foram viabilizados, a fim de ampliar os recursos disponíveis. A boa gestão financeira do Estado permitiu que recursos próprios fossem colocados também como contrapartidas a esses investimentos.

O Pacto por Santa Catarina, com início em 2011 e continuidade em 2015, trouxe uma aproximação com o PAC tornando-se uma extensão dele, mesmo o governo sendo de caráter conservador diferente das políticas progressistas nacionais, essa aproximação se dá possivelmente “por cima e via orçamento e crédito” (Gourlarti Filho 2016, p.21), retomando o desenvolvimentismo no Estado. Complementando o fato de que o

estado demandava melhoria na prestação de serviços de saúde, de educação e segurança pública, além de investimentos em infraestrutura nessas áreas e em rodovias, portos, aeroportos regionais, de defesa civil, de saneamento, bem como a novos programas de proteção social (COLOMBO, 2014).

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro P. Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 1.058**, de 19 de janeiro de 1939. Institui o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamentos da Defesa Nacional", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1058-19-janeiro-1939-349207-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jul 2017.

_____. **Plano Salte**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 22 abr. 2016.

_____. **Programa de Metas**. 1958. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. 1962. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 22 abr 2016.

_____. **Programa Estratégico de Desenvolvimento**. 1967. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 22 de abril de 2016. 2016e

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1971. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 22 de abril de 2016. 2016f

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1974. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 22 abr 2016.

_____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. 1980. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.** 1986. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/>> . Acesso em: 22 abril 2016.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010.** 2011. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: lançamento PAC2.** 2017a. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: balanço 4 anos (2007-2010)** Santa Catarina. 2017b. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: balanço 4 anos (2011-2014)** Santa Catarina. 2017 c. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em 22 abr 2016. 2016m

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: balanço 1 ano (2015-2018)** Santa Catarina. 2017d. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em 22 abr 2016. 2016n

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.** 2017e. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 fev 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. THEUER, Daniela. **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.

CARNEIRO, Ricardo C. D. **Velhos e Novos Desenvolvimentismos.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

CARDOSO JR, José C.. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI.** Primeiras Jornadas de Planejamento Econômico e Social 2013, organizadas pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Nações Unidas, março de 2014.

CRESWEL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos quantitativos, qualitativos e mistos. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007. 2ed.

DINIZ, Eli. **O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010).** Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 04, 2011, p. 493-531.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito.** Paper para o seminário na UFRJ. 25 de setembro de 2013. Disponível em:
<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. **Economia do Desenvolvimento:** Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro, Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.

_____. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2016. 3 ed.

IBARRA, David. **O Neoliberalismo na América Latina.** Revista de Economia Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248 abril-junho/2011.

IANNI, Octavio, 1926- **Estado e planejamento econômico no Brasil/** Octavio Ianni- ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Estado e o Capitalismo.** 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

KOTLINSKI, Ana M. B.; GIULIANIS, Alexandre K.. O novo paradigma de políticas públicas: Estado e sociedade civil, uma esfera ampliada. **Direito em ação**, Brasília, v.8 n.1, janeiro 2012.

Disponível em:

portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/4935/3120. Acesso em: 09/12/16.

LESSA, Carlos. **15 Anos de Política Econômica.** 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LEWIS, Arthur W. **Os Princípios do Planejamento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

MINDLIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil.** 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.** Março, 1967.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico.** 2 ed, São Paulo, Brasiliense, 1983.

ODISIO, Juan. ROUGIER, Marcelo (org.). **Estudios sobre Planificación y Desarrollo.** Lenguaje Claro: Buenos Aires, 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder o socialismo**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 2000.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTA CATARINA. **Plano de Obras e Equipamentos**. Florianópolis, 1955.

_____. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: 1971.

_____. **Plano de Governo: governar é encurtar distâncias**. Florianópolis: 1975.

_____. **Plano de Ação**. Florianópolis, 1979.

_____. **Carta aos Catarinenses**. Florianópolis: 1982.

_____. **Rumo a Nova Sociedade Catarinense**. Florianópolis: 1987.

_____. **Plano SIM: para viver melhor em Santa Catarina**. Florianópolis: 1990.

_____. **Viva Santa Catarina**. Florianópolis: 1994.

_____. **Santa Catarina: estado Vencedor**. Florianópolis: 1999.

_____. **Plano 15 a Mudança Continua: Plano de Governo 2007-2010**. Florianópolis, 2006.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Governador Raimundo Colombo, Florianópolis:2011

_____. **Agenda de Governo 2015-2018: Descentralização Administrativa e Desconcentração do Poder Decisório**. Governador Raimundo Colombo, Florianópolis: 2014.

_____. **Pacto por Santa Catarina**. 2017 a. Disponível em: <<https://painelsc.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 mar 2017.

_____. **Pacto por Santa Catarina**. 2017b. Disponível em: <<http://www.pactoporsc.sc.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

_____. **Pacto por Santa Catarina**. 2017c. Disponível em: <<http://www.pactoporsc.sc.gov.br/index.php/mapa-de-obras>>. Acesso em 26 abr. 2017c

_____. **Lei nº 16.037**, de 24 de Junho de 2013. FUNDAM. 2017d. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dgef/fundam>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. **Plano 15**: Plano de Governo 2003-2006. Florianópolis, 2002

TAVARES, Maria C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1998

VIEIRA PINTO, Alvaro. **Ideologia e Desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2012

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual**: a experiência do PLAMEG. Editora da UFSC: Florianópolis, 19865.